



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Faculdade de Direito

Curso de Direito

**MEDIAÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS E AS VANTAGENS DA
AUTOCOMPOSIÇÃO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL**

BRUNA DA COSTA RODRIGUES

ORIENTADORA: PROF.^a. DR.^a SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA

BRASÍLIA – DF

2016

BRUNA DA COSTA RODRIGUES

**MEDIAÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS E AS VANTAGENS DA
AUTOCOMPOSIÇÃO À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO
CIVIL**

Monografia apresentada como requisito parcial
para obtenção do grau de Bacharela em Direito
pela Faculdade de Direito da Universidade de
Brasília – UnB.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Suzana Borges Viegas de
Lima.

BRASÍLIA – DF

2016

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Faculdade de Direito

Rodrigues, Bruna da Costa. Mediação Judicial de Conflitos e as Vantagens da Autocomposição à Luz do Novo Código de Processo Civil. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Direito, Curso de Direito/ LIMA, Suzana Borges Viegas de: orientadora, Brasília, 2016.

1. Poder Judiciário. 2. Heterocomposição e Autocomposição. 3. Mediação Judicial de Conflitos. 6. Novo Código de Processo Civil. 5. Melhorias e Vantagens.

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Suzana Borges Viegas de Lima.

BANCA EXAMINADORA:

Professora Dr.^a SUZANA BORGES VIEGAS DE LIMA
Orientadora

Professora Dr.^a DANIELA MARQUES DE MORAES
Membra da banca examinadora

Especialista MÁRCIA DE MORAIS MENDONÇA
Membra da banca examinadora

Professor Dr. FABIANO HARTMANN PEIXOTO
Membro suplente da banca examinadora

Brasília, 10 de novembro de 2016.

Aos meus pais, Sandra e Jairo, e a todos os demais familiares e amigos pelo amor, carinho e suporte fundamentais em minha caminhada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus, por ter me feito chegar onde cheguei.

Aos meus pais, Sandra e Jairo, e minha irmã, Daniele, que sempre me apoiaram e deram todo o auxílio necessário em todas as fases da minha vida.

Aos meus melhores amigos, Gabriel e Bruna, que me ajudaram e incentivaram, especialmente na finalização desta longa jornada.

A toda a minha família que sempre me deu suporte, abrigo e carinho, e, principalmente, às minhas primas Ana Rosa e Gabriele, que sempre estiveram disponíveis quando precisei.

Aos meus chefes, Francisco e Márcia, por todo o conhecimento e sabedoria compartilhados, e amigos de estágio que contribuíram para a construção das informações utilizadas nesta monografia.

A esta universidade e aos professores que participaram da minha formação acadêmica, essenciais para me permitir, hoje, caminhar em direção a lugares mais altos.

À professora Suzana Borges Viegas de Lima, que me orientou com dedicação e confiança.

À professora Daniela Marques de Moraes e à especialista Márcia de Moraes Mendonça por aceitarem compor a minha banca.

A todos vocês, meus sinceros e eternos agradecimentos.

RESUMO

O presente trabalho versa sobre a adoção de formas autocompositivas de resolução de disputas no âmbito de atuação do Estado e, em especial, acerca da mediação judicial de conflitos e sua importância, não só para a diminuição no volume de processos remetidos à apreciação e julgamento pelos órgãos competentes do Poder Judiciário, mas também, e principalmente, com relação a sua vantagem na satisfação dos interesses reais das partes. A mediação judicial de conflitos, semelhante a outros métodos autocompositivos, como a conciliação, tem ganhado mais espaço na conformação do Judiciário brasileiro, especialmente agora com as mudanças trazidas pelo novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Buscando não apenas uma mudança de percepção do conflito e a quebra com a cultura do litígio, a mediação judicial traz como inovação a ideia de que uma comunicação eficiente aliada à verificação dos reais interesses das partes e à construção de uma solução que seja satisfatória para todos os envolvidos são promessas de auxílio muito significativas para a promoção da desobstrução do Judiciário brasileiro, atualmente muito sobrecarregado de processos morosos e desgastantes que muitas vezes não conseguem atingir o objetivo esperado. Com a exposição de argumentos doutrinários, promovendo uma abordagem histórica e relacionada ao direito comparado, buscar-se-á argumentar em que medida se tornou interessante, tanto para o Estado como para o próprio jurisdicionado, promover e estimular o investimento em políticas públicas e medidas que incentivem a adoção de métodos adequados de resolução de disputadas, como a Mediação, tendo em vista cumprir com diretrizes constitucionais básicas de prestação devida da tutela jurisdicional pelo Estado, priorizando, sobretudo, a satisfação real do cidadão.

Palavras-chave: Poder Judiciário. Heterocomposição e Autocomposição. Mediação Judicial de Conflitos. Novo Código de Processo Civil. Melhorias.

ABSTRACT

The current study is about the adoption of self-made resolution forms of disputes under the scope of State action, and, especially about judicial mediation and its importance, not only on reducing the volume of cases referred to consideration and trial by the Judiciary, but also and mainly related to its advantage in the satisfaction of the real interests of the parties. The judicial mediation of conflicts, as others self-made resolution forms (such as conciliation), has achieved more space in the Brazilian Judiciary, especially now, with the changes brought by the new Civil Process Code, Law n. 13.105 from March 16th, 2015. Seeking out not only a change in conflict perception, but the rupture of litigation culture, judicial mediation brings as an innovation the idea of efficient communication allied with the verification of the real interests of the parties and the construction of a solution that is satisfactory to all involved, support promises very significant for promoting the unblocking of the Brazilian Judiciary - currently very overburdened with time consuming and stressful processes, that often fail to achieve the expected goal. With exposure of doctrinal arguments, starting from a historical approach and related to comparative law, it will seek to be argued to what extent it would be interesting to promote investment and implementation by the State in public policies and measures to encourage the adoption of alternative dispute resolutions methods, as mediation, in order to comply with basic constitutional guidelines of proper legal service provision, primarily seeking the real citizen satisfaction.

Keywords: Judiciary. “Heterocomposição” and “Autocomposição”. Judicial Mediation of Conflicts. New Civil Process Code. Improvements.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Comparativo 2014-2015/Comparativo nos CEJUSCs.....	61
Figura 2 – Dados Estatísticos.....	62
Figura 3 – Pesquisa de Satisfação.....	62
Figura 4 – Avaliação do Conciliador.....	63
Figura 5 – Avaliação da Empresa e respectivo Preposto.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADR - *Alternative Dispute Resolution*

CCB - Código Civil brasileiro

CCJC – Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania

CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

CPC - Código de Processo Civil

CRFB - Constituição da República Federativa do Brasil

EC - Emenda Constitucional

NUPEMEC - Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação

PLC – Projeto de Lei da Câmara

STF - Supremo Tribunal Federal

STJ - Superior Tribunal de Justiça

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. UMA VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO BRASILEIRO: ESTRUTURA, CENÁRIO ATUAL, DIFICULDADES E INCOERÊNCIAS	15
1.1. Estrutura do Poder Judiciário	15
1.2. Cenário atual	17
1.3. Dificuldades e incoerências enfrentadas	18
2. HETEROCOMPOSIÇÃO VS. AUTOCOMPOSIÇÃO: HISTÓRICO E CONCEITOS	20
2.1. Cultura do Litígio	20
2.2. Heterocomposição e o exercício da jurisdição	22
2.3. Meios adequados de resolução de disputas e autocomposição	24
2.3.1. Conciliação	27
2.3.2. Mediação	28
3. DIREITO COMPARADO: ORIGENS E ALCANCES	31
3.1. Origens: cenário brasileiro	31
3.2. Direito comparado: modelo norte americano	34
4. MEDIAÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS	38
4.1. Cultura da paz e não litígio: real necessidade da sociedade	38
4.1.1. Moderna teoria do conflito	39
4.1.2. Solucionando falhas na comunicação	41
4.1.3. Escopo da mediação, técnicas e estratégias do mediador	44
4.2. Políticas públicas judiciais em resolução adequada de disputas: Resolução 125/2010 do CNJ	46
4.3. Lei de Mediação: Lei nº 13.140/2015	48
5. AUTOCOMPOSIÇÃO E SUAS VANTAGENS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL	51
5.1. CPC/1973 vs. CPC/2015: mediação e conciliação	51
5.2. Centros Judiciários de Solução Consensual de Conflitos	54
5.3. Mudanças e melhorias	56

CONCLUSÃO.....	60
REFERÊNCIAS	63
ANEXO – FIGURAS.....	65

INTRODUÇÃO

A atual estrutura do Judiciário brasileiro, notadamente marcada pela litigiosidade e valorização de sentenças e decisões proferidas por magistrados, encontra-se sobrecarregada e submetida a dificuldades e incoerências que acabam motivando o seguinte questionamento: o exercício da jurisdição, predominantemente heterocompositiva e litigiosa, tem realmente sido vantajosa, satisfatória, e atendido aos interesses reais dos jurisdicionados?

Por meio do presente trabalho, buscar-se-á desenvolver uma análise acerca das vantagens de uma solução alternativa, ou adequada, de conflitos que vá além da judicialização e que possibilite, por meio do empoderamento das próprias partes, chegar a soluções e acordos que satisfaçam verdadeiramente a vontade dos envolvidos e que favoreçam a continuidade das relações. A partir desse ponto de partida, procura-se promover a apresentação da autocomposição, com o foco na mediação judicial de conflitos, desenvolvendo uma breve análise do direito comparado, relacionando os primórdios de sua institucionalização e conquista de notoriedade no país. Será trabalhado também o seu desenvolvimento em outros países, dando ênfase no contexto norte americano, localidade onde a mediação ganhou muito espaço, para assim chegar às vantagens de sua aplicação no Brasil à luz das normas dispostas no novo Código de Processo Civil.

Através da apresentação de conceitos essenciais para o desenvolvimento do tema, aliada com a análise quantitativa relativa ao montante de processos que tramitaram no Poder Judiciário no período de 2013, e, ainda, aos dados estatísticos acerca da satisfação das partes submetidas a procedimentos de mediação e conciliação, disponibilizados pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), buscar-se-á desenvolver, qualitativamente, a justificação acerca da ideia de que, além de diminuir as demandas remetidas à apreciação de juízes e tribunais, a adoção de métodos autocompositivos também é capaz de gerar uma maior satisfação real por parte dos usuários atendidos.

Assim sendo, o primeiro capítulo traz ao contexto de análise a estrutura e conformação atual do Poder Judiciário brasileiro, apresentando os órgãos e hierarquias que compõem este poder, para que, por meio desta apresentação, seja possível visualizar as dificuldades e incoerências enfrentadas por um sistema que se propõe a resolver os conflitos da população integrante do Estado de maneira célere e eficaz, mas que, no entanto, encontra-se muito sobrecarregado de processos e com uma força de trabalho aquém da ideal para lidar com

todos eles, os quais, muitas vezes, chegam a tramitar por anos sem uma resposta que realmente atenda às necessidades de seus demandantes.

No segundo capítulo, busca-se desenvolver a ideia de heterocomposição e sua aplicação no contexto do Judiciário brasileiro, ressaltando com isso os conceitos de jurisdição, os seus desdobramentos e refletindo acerca da certa “cultura do litígio” que se instaurou em nossa população. Em contraponto, serão apresentados também os conceitos e os institutos que compõem a chamada autocomposição, processo alternativo, mas atualmente melhor denominado de adequado, de resolução de disputas que apresenta como principais vertentes no país a mediação e a conciliação, assim como outras formas que ainda sofrem com a ausência de pacificação doutrinária acerca de quais de fato sejam elas.

O terceiro capítulo trabalha com a perspectiva de análise do surgimento da autocomposição, apresentando de maneira resumida quais foram as origens do reconhecimento, institucionalização e incentivo à adoção da mediação judicial de conflitos, apresentando quais os contextos e primeiros dispositivos legais sobre o tema no Brasil, e como se trabalhou na admissão de técnicas autocompositivas em busca de um tratamento adequado de resolução de conflitos. Diante desta perspectiva, dar-se-á foco na análise dos Estados Unidos da América, país que atualmente apresenta um forte investimento em aplicação e formação relacionados à adoção dos chamados meio adequados de resolução de disputas e cujas ideias atingem grande influência em nosso país.

Com isso, o quarto capítulo vem tratar da mediação judicial de conflitos propriamente dita e seus alcances no cenário brasileiro. Para isso, primeiramente, trabalhar-se-á com a ideia de percepção positiva do conflito e geração de soluções para sanar as falhas na comunicação que levam ao estabelecimento do litígio. Ademais, serão apresentadas as políticas públicas de resolução adequada de disputadas implementadas pelo Judiciário, com foco dado especialmente na Resolução 125/2010 do CNJ e na Lei nº 13.140/2015, conhecida como a Lei de Mediação.

Por fim, o quinto capítulo busca como escopo desenvolver a ideia concernente às vantagens da adoção da autocomposição, em especial dos institutos da mediação e da conciliação, à luz das inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil, Lei 13.105 de 2015. Apresentar-se-ão aqui as mudanças formais e materiais trazidas pelo novo CPC em comparação com os dispositivos legais apresentados no CPC de 1973, ressaltando quais foram as alterações sofridas e analisando em que medida estas mudanças podem e chegam a favorecer a melhoria ao atendimento dos reais interesses dos envolvidos.

Dessa forma, o trabalho buscará desenvolver a ideia de que é preciso romper com o paradigma de que a justiça feita pelo Estado é aquela oriunda de uma sentença ou decisão proferida por um juiz ou tribunal como frutos de um processo estritamente litigioso. Procurar-se-á desconstruir a noção que o senso comum tem de conflito e de como se deve dar a atuação do Poder Judiciário, com o intuito de demonstrar que o conflito possui um caráter extremamente positivo e construtivo, na medida em que os envolvidos passam a ter uma visão prospectiva e destituídas de preconceitos históricos e culturais.

Com essa mudança de visão é possível perceber que o Judiciário brasileiro serve não apenas para dizer quem está certo e quem está errado com base na lei, mas também, e especialmente, para ajudar as partes a vislumbrarem que suas questões podem ser resolvidas de uma maneira muito mais simples. Assim, necessita-se, portanto, que se leve em consideração que o que deve ser buscado vai muito além de questões aparentes e de ganhos financeiros, a fim de que seja, de fato, promovida a real satisfação das partes envolvidas.

1. UMA VISÃO DO PODER JUDICIÁRIO: ESTRUTURA, CENÁRIO ATUAL, DIFICULDADES E INCOERÊNCIAS

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, disciplina em seus artigos 92 a 126 acerca da conformação do Poder Judiciário. Não apenas sobre sua estrutura, nossa Carta Magna também faz menção às competências e diretrizes de cada órgão e sujeitos integrantes da organização da Justiça de nosso país. Quando se fala em Justiça, difícil encontrar quem não traga de forma direta à mente a ideia de conflito, problema, tribunais, certo e errado, decisão correta, “dizer o direito”, litígio, entre outros.

De maneira geral, o sistema que temos é marcado fortemente pela ideia de fornecer uma estrutura adequada para que se permita a ocorrência do devido exercício da Jurisdição. Ou seja, o que se imagina é que, a partir de um Poder Judiciário organizado e bem dividido, será possível promover e garantir a noção de um Estado justo, com seus cidadãos satisfeitos e os conflitos resolvidos da única e melhor forma possível: com uma decisão de juízes ou tribunais. Contudo, mostrar-se-á adiante que não é bem assim que acontece na prática.

1.1. ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO

O Poder Judiciário, estrutura basilar do sistema de justiça brasileiro, compreende funções e órgãos da justiça comum, voltados predominantemente para solucionar litígios de ordem civil e criminal; e também funções e órgãos de jurisdição especial, dentre os quais figuram a justiça militar, a eleitoral e a trabalhista. Cada um deles apresentam estruturas burocráticas, tribunais, hierarquias e carreiras, próprios.¹

Conforme bem apresenta Humberto Theodoro Júnior², a Constituição brasileira de 1988 separa os órgãos do Poder Judiciário em dois aparelhos, sendo um deles federal, caracterizado por promover o exercício da jurisdição no âmbito do território nacional, e o segundo estadual, marcado por cuidar da jurisdição em cada Estado-membro. Em se tratando de jurisdição cível, é interessante pensar na estrutura de uma pirâmide, cuja base desta seria composta por juízes federais e estaduais de 1º grau de jurisdição; em seu meio estaria o Superior Tribunal de Justiça (STJ), órgão recursal de segunda instância, responsável por cuidar de tema de direito comum e por fazer uma interpretação uniforme da legislação federal; e, por fim, em

¹ALMEIDA, Frederico de. **Intelectuais e reforma do Judiciário: os especialistas em direito processual e as reformas da justiça no Brasil**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 17, p. 209-246, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300209&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 de maio de 2016, p. 212-213.

²THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 51 ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 207-210.

seu ápice, estaria o Supremo Tribunal Federal (STF), corte suprema que possui como função principal zelar pelo cumprimento da matéria constitucional, competindo a ela dar a palavra final.

Nesse sentido, por uma perspectiva mais abrangente, destaca-se que:

Cada justiça estadual tem seu tribunal de justiça local, ao passo que a justiça federal comum é organizada em cinco tribunais regionais federais (TRF); e a justiça federal especializada também possui tribunais regionais para cada ramo de atuação. Acima desses tribunais, há os chamados tribunais superiores, sediados em Brasília: o Superior Tribunal de Justiça (STJ), que serve de tribunal superior das justiças comuns estaduais e federal, além de exercer funções de controle administrativo sobre a justiça federal, por meio do Conselho da Justiça Federal (CJF); o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o Supremo Tribunal Militar (STM) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que exercem as funções de última instância de recurso das justiças especializadas. Acima de todos eles, está o Supremo Tribunal Federal (STF), chamado pela doutrina jurídica de *tribunal de superposição*, pois pode se caracterizar como última e definitiva instância de recurso das causas processadas nas justiças comuns e especializadas, além de deter algumas competências originárias, não recursais, integralmente processadas em sua corte.³

É importante também falar do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Este foi instituído pela EC nº 45/2004, e não se trata de órgão propriamente jurisdicional, mas sim de natureza administrativa e disciplinar, conforme é possível verificar no art. 103-B, § 4º da, CRFB/88⁴. Dessa forma, é um órgão composto predominante por magistrados, embora também haja a participação da advocacia e do Ministério Público e algum equilíbrio entre conselheiros vindos das bases profissionais, contudo, indicados por suas cúpulas organizacionais, e membros de instâncias superiores. Compete ao CNJ exercer o controle externo da atividade jurisdicional, em termos disciplinares, e estabelecer alguma forma de controle, padronização e planejamento administrativo de âmbito nacional sobre sua dispersa organização administrativa.⁵

Esta, portanto, é a base da estrutura do Poder Judiciário brasileiro e onde se torna possível promover o atendimento das demandas oriundas da população, que recorre a este sistema como forma de terem suas questões trabalhadas e solucionadas da melhor maneira possível.

³ ALMEIDA, Frederico de. **Intelectuais e reforma do Judiciário: os especialistas em direito processual e as reformas da justiça no Brasil**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 17, p. 209-246, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300209&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 de maio de 2016, p. 212.

⁴ “Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes (...)”

⁵ ALMEIDA, Frederico de. Op. cit., p. 213.

1.2. CENÁRIO ATUAL

Diante do contexto e da estrutura do Poder Judiciário apresentados, é importante analisar como tem sido o seu funcionamento e quais são as reais demandas e alcances atingidos por este sistema.

Segundo dados do *Relatório Justiça em Números 2014*, divulgados no sítio eletrônico do CNJ⁶, que trouxe como meta promover a priorização do 1º Grau, verificou-se que, no ano de 2013, tramitaram no Judiciário brasileiro 95,1 milhões de processos, dentre os quais 85,7 milhões estavam no primeiro grau. Ou seja, conforme essa informação, o primeiro grau atendeu um montante correspondente a quase 90% da quantidade total de processos, revelando assim que este é o segmento que se encontra mais sobrecarregado do Poder Judiciário, sendo também, segundo o Relatório, aquele que presta serviços mais inferiores à qualidade desejada.

Ainda de acordo com o referido Relatório, a “capacidade produtiva anual” do primeiro grau é de apenas 27% da demanda, que envolve casos novos mais acervo, direcionada para sua apreciação. As conclusões geradas ainda revelam que, nesta situação, para resolver as demandas relativas ao grande montante de processos acumulados, “seria necessário cessar a distribuição por quase 4 anos e, nesse período, baixar anualmente o mesmo número de processos de 2013”.⁷

O Relatório ainda ressalta que o problema maior estaria no primeiro grau da Justiça Estadual, onde, em 2013, tramitaram cerca de 69,7 milhões de processos, realizando baixa de apenas 16,4 milhões, isto é 23,5% do total. Já a realidade do segundo grau estaria bem mais confortável, tendo tramitado em 2013 cerca de 6,2 milhões de processos, excluídas as turmas recursais, dentre os quais foram baixados cerca de 3,3 milhões, o que equivale a 53% do total. No segundo grau da Justiça estadual tramitaram 3,8 milhões de processos, sendo que dentre estes 56% tiveram baixa, o equivalente a 2,1 milhões.⁸

Outras informações revelaram que, computando todo o Judiciário, a taxa de congestionamento do primeiro grau é de 73%, enquanto que a do segundo grau é de 47%, ou seja, uma diferença superior a 55%. Já no que concerne a taxa de congestionamento no primeiro

⁶ Dados estatísticos extraídos no sítio eletrônico do CNJ em relatório intitulado **Priorização do 1º Grau da Justiça: A nossa meta é você. Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoes/politica-nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdicao/dados-estatisticos-priorizacao>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

grau da Justiça Estadual, excluídos os juizados especiais, verifica-se que seu índice está em torno de 80%, em contraposição com 44% relativos ao segundo grau do mesmo seguimento.⁹

Ante o exposto, o que se observa é que o Judiciário brasileiro possui anualmente milhões de demandas a atender, cenário este que se traduz em um acúmulo processual enorme, associado com a consequente demora na solução dos conflitos, e uma baixa eficiência fática na realização do trabalho proposto. Dessa forma, o que se verifica no cenário atual é que esses fatores acabam por descreditar a instituição perante seus usuários e inviabilizam o atendimento das necessidades e demandas reais dos jurisdicionados.

1.3. DIFICULDADES E INCOERÊNCIAS ENFRENTADAS

Lidar com todo esse fluxo processual não é fácil. Apesar da estrutura montada pelo Estado e do desenvolvimento de toda uma logística de distribuição, outros fatores determinantes tendem a influenciar e dificultar a realização dos planejamentos almejados.

Nesse sentido, há que se falar na quantidade de servidores e na carga de trabalho a ser distribuída. Segundo a análise do *Relatório Justiça em Números 2014*, a carga de trabalho, que envolve casos novos e acervo, distribuída por magistrado de primeiro grau atingiu cerca de 6.386 processos no ano de 2013, enquanto que, no segundo grau, essa quantidade atingiu os 3.148 processos. Esse cenário se torna ainda mais grave nas Justiças dos Estados, onde o juízes de primeiro grau tiveram que lidar com uma carga de trabalho de 7.407 processos, e os de segundo com 2.712 processos.¹⁰

Fazendo uma comparação bem esdrúxula, para melhor visualizar essa situação, no ano de 2013, que possuiu 365 dias, se os magistrados de primeiro grau da Justiça Estadual tivessem trabalhado todos os dias do ano, o que certamente não ocorreu, teriam que finalizar com pouco mais de 20 processos por dia para deixar o espaço vazio e mais tranquilo para receber as demandas do ano seguinte. O que certamente seria impossível.

Ainda assim, a análise do Relatório apresenta que o fenômeno da maior sobrecarga de trabalho no primeiro grau acaba se repetindo em todos os seguimentos do Judiciário, embora chegue a ser menor na Justiça Federal, cujas taxas de congestionamento são mais equilibradas entre o primeiro e segundo graus, excluídos os juizados especiais e turmas recursais. Apresenta-se ainda que, apesar da carga de processo em excesso, a força de trabalho que é disponibilizada

⁹ Dados estatísticos extraídos no sítio eletrônico do CNJ em relatório intitulado **Priorização do 1º Grau da Justiça: A nossa meta é você. Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/politica-nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdicao/dados-estatisticos-priorizacao>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

¹⁰ Idem.

ao primeiro grau, relativa à servidores, é proporcionalmente inferior à disponível ao segundo grau. Este fator acaba ocasionando maior sobrecarga aos servidores de primeiro grau. Assim, segundo os dados divulgados, a carga de trabalho distribuída para cada servidor do Judiciário chegou a 488 processos no primeiro grau e 227 no segundo, uma diferença que percentualmente atingiria os 121%. Na Justiça Estadual, essa desproporção atinge os 545 processos por servidor de primeiro grau, em detrimento de 230 por servidor de segundo.¹¹

Os dados também revelam que a quantidade de servidores por magistrado também confirmariam essa distorção. Sendo, em média, treze servidores por magistrado no primeiro grau, onde se verificou que a demanda é muito maior, contra quatorze servidores por magistrado no segundo grau, que apresenta uma demanda processual menor.¹²

Portanto, o que se observa é que, diante de um acúmulo processual enorme, da situação de limitação de servidores apresentada e das demoras nas resoluções das demandas, fruto de uma estrutura altamente burocrática de tramitação dos feitos, o Poder Judiciário brasileiro, marcado pela litigiosidade, tem enfrentado serias dificuldades e incoerências. Dessa forma, é importante que, no que concerne ao sistema em si, possa-se pensar e colocar em prática novas estruturas e modelos de resolução de disputas que venham a desonerar os juízes e tribunais, de uma forma que continuem a atender as demandas oriundas da população, mas de uma maneira mais célere e eficiente, que como resultado traga não apenas o desacumulo de processos, mas também a satisfação real dos usuários.

¹¹ Dados estatísticos extraídos no sítio eletrônico do CNJ em relatório intitulado **Priorização do 1º Grau da Justiça: A nossa meta é você. Conselho Nacional de Justiça**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-acoas/politica-nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdicao/dados-estatisticos-priorizacao>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

¹² Idem.

2. HETEROCOMPOSIÇÃO VS. AUTOCOMPOSIÇÃO: HISTÓRICO E CONCEITOS

Conforme estabelece o artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”. Sabe-se, entretanto, que o referido artigo elenca várias disposições acerca dos direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros. Assim sendo, consagrado está o direito fundamental do indivíduo de acionar o Estado, detentor de poder e monopólio para tomar as medidas necessárias à proteção e para solucionar controvérsias de seu interesse.

Na busca pela garantia de seus direitos, os sujeitos tendem a demandar este “Estado protetor”, para que, da forma legalmente estabelecida, sejam tomadas medidas cabíveis para a solução de conflitos que por ventura apareçam. Na medida que o Estado coloca à disposição de seus cidadãos instrumentos que sejam considerados socialmente justos e estabelece regras proibitivas da autotutela, ele passa a chamar para si a obrigação de dizer a melhor forma de se aplicar as disposições legais, criando no cidadão o sentimento de segurança.

Contudo, essa sensação que se tem de que ao Estado cabe o dever de proteger seus cidadãos e dizer, em meio a um conflito, quem está certo ou errado, acabou gerando uma visão litigiosa entre os indivíduos, os quais, logo que se veem em meio a uma situação conflituosa, pensam em recorrer ao Poder Judiciário e ajuizar com uma ação para que um juiz venha a proferir uma decisão que estabeleça quem tem razão.

2.1. CULTURA DO LITÍGIO

Sabe-se que a sociedade está em constante mudança e que essas transformações refletem muito fortemente nas configurações das relações sociais entre seus sujeitos. Ada Pellegrini Grinover bem expõem que “[...] a sociedade contemporânea é altamente conflitiva, atingida por um sempre crescente número de desavenças envolvendo cada vez mais os seus integrantes.”¹³. Diante desta exposição, a autora explica que estas contendas ocorrem principalmente em razão do caráter finito e insuficiente dos bens materiais e imateriais que se encontram a disposição dos indivíduos, que buscam a todo tempo terem as suas necessidades satisfeitas.¹⁴

¹³ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p.33.

¹⁴ Idem.

Dessa forma, a escassez dos recursos, a concentração das riquezas nas mãos de poucos e a busca individual por satisfação de interesses acabam criando circunstâncias favoráveis para que surjam insatisfações e os sujeitos e a coletividade se envolvam cada vez mais em situações de conflito. Grinover também ressalta que a própria estrutura político-administrativa do Estado, atuando muitas vezes de maneira ineficiente e desrespeitosa diante os direitos dos cidadãos, acaba por favorecer ainda mais a forte tendência à judicialização dos conflitos, fazendo com que os tribunais do país estejam sempre sobrecarregados, visto que o que os indivíduos integrantes do Estado tendem a esperar, em primeiro lugar, é que sejam estes órgãos integrantes do Poder Judiciário os responsáveis por promoverem a tutela jurisdicional dos indivíduos titulares de interesses e direitos.¹⁵

Diante da visão introdutória apresentada, é importante trabalhar neste contexto com os conceitos de lide e de litígio, para, assim, possibilitar a compreensão do porquê a sociedade contemporânea tende, na maioria das vezes, a enxergar como única e primeira opção, para resolução de uma relação conflituosa, recorrer à intervenção do Estado, formando assim, o que é possível denominar de “Cultura do Litígio”.

Ante o exposto, a primeira edição da obra *Vocabulário Jurídico Conciso*, bem apresenta como definição do vocábulo “lide” a seguinte colocação:

LIDE. Derivado do latim *lis*, *litis*, quer o vocábulo significar *contenda*, *questão*, *luta*.

Na Terminologia jurídica, designa *demanda* ou a *questão forense* ou *judiciária*, em que as partes contendoras procuram *mostrar e provar* a verdade ou razão de seu direito.

Embora, por vezes, seja o vocábulo aplicado em sentido equivalente a *demanda*, traz consigo significação mais ampla: *lide* é a demanda já contestada ou aquela em que a *luta* entre as partes está travada. É a formação já do *litígio*, nem sempre ocorrente em toda demanda, quando o réu não vem contestar nem se opor às pretensões do autor.

Lide é o conflito de interesses qualificado por uma pretensão resistida ou insatisfeita (Francesco Carnelutti).¹⁶

Ademais, a mesma obra traz, em sequência, a definição de “litígio”, vocábulo este que se caracteriza como:

LITÍGIO. Derivado do latim *litigium*, de *litigare* (litigar), quer o vocábulo exprimir propriamente a *controvérsia* ou a *discussão* formada em juízo, a respeito do direito ou da coisa, que serve de objeto da ação ajuizada.

A rigor, pois, *litígio*, entende-se a demanda proposta em justiça, quando é contestada.

¹⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p.33.

¹⁶ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 478.

Pela *contestação*, o *juízo se forma*. E o *judicium suscipit*, tecnicamente, que significa a própria *contestação*, que vem determinar ou marcar a fase litigiosa da demanda.

Assim, somente há litígio em processo contencioso, onde haja formação de juízo para discussão da causa.¹⁷

Ou seja, tendo em vista os conceitos expostos, é possível verificar que as terminologias lide e litígio estão intimamente relacionadas, podendo, por vezes, figurarem até como sinônimas, em razão de suas definições. O que se observa então é que, em muitas situações, diante das relações conflituosas que se constituem em uma sociedade, seus sujeitos, e aqui se faz importante destacar que a ênfase é dada ao contexto brasileiro, tendem a litigar, isto é, levar suas pretensões e controvérsias à juízo.

O que se acostumou a pensar então é que, uma vez configurada a contenda, até mesmo em razão de uma comunicação ineficiente que poderia ser facilmente resolvida por outros meios, os indivíduos tendem a ver como primeira opção partir para uma lide propriamente dita, acionando o Poder Judiciário, considerado como o mais capaz, senão o único hábil, para mostrar e provar, com base no ordenamento jurídico vigente, quem deteria a verdade ou a razão diante do caso concreto. Isto é, os sujeitos passaram a crer e ver o Judiciário como o principal responsável em dizer quem está certo e quem está errado, ignorando muitas vezes alternativas que poderiam ser mais eficientes e menos desgastantes para a resolução de suas demandas, configurando assim a conformação em nossa sociedade atual de uma certa “cultura do litígio”.

2.2. HETEROCOMPOSIÇÃO E O EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO

Com base nas noções iniciais apresentadas, sabe-se que, surgido o conflito, os indivíduos envolvidos tendem a procurar os meios legais que mais lhes pareçam seguros para terem suas pretensões satisfeitas. É em meio a essa necessidade de promover a composição dos conflitos que figuram alguns institutos como o da heterocomposição.

Apesar de ainda existirem algumas divergências doutrinárias sobre o tema, de maneira geral, entende-se que:

A heterocomposição ocorre quando o conflito é solucionado através da intervenção de um agente exterior à relação conflituosa original. É que, ao invés de isoladamente ajustarem a solução de sua controvérsia, as partes (ou até mesmo uma delas unilateralmente, no caso da jurisdição) submetem a

¹⁷ SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso**. Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008, p. 481.

terceiro seu conflito, em busca de solução a ser por ele firmada ou, pelo menos, por ele instigada ou favorecida.¹⁸

Assim sendo, a heterocomposição seria então uma forma de resolução de disputas pela qual fica estabelecido um terceiro neutro e imparcial para resolver o litígio em questão e proferir uma decisão que melhor se adequa ao Direito vigente. Diante dessas características, passou então a figurar como principais métodos heterocompositivos de resolução de disputas a jurisdição e a arbitragem.

Sabe-se que hoje, em virtude das complexidades das relações sociais e da inegável ocorrência de situações conflituosas interindividuais, ficou compelido ao poder estatal a prerrogativa principal de dirimir os conflitos envolvendo seus cidadãos e, inclusive, o próprio Estado. Assim sendo, tornou-se a Jurisdição o método indubitavelmente mais utilizado, e, segundo Didier Júnior, esta se caracteriza por ser:

[...] a função atribuída a terceiro imparcial de realizar o direito de modo imperativo e criativo, reconhecendo/efetivando/protegendo situações jurídicas concretamente deduzidas, em decisão insuscetível de controle externo e com aptidão para tornar-se indiscutível.¹⁹

Para melhor esclarecer estes apontamentos, Didier Júnior apresenta que a jurisdição é uma técnica de solução de conflito por heterocomposição onde “[...] um terceiro substitui a vontade das partes e determina a solução do problema apresentado”²⁰. Ainda, estabelece que a jurisdição figura como “[...] manifestação de um Poder e, portanto, impõe-se imperativamente, aplicando o Direito a situações concretas que são submetidas ao órgão jurisdicional”²¹. Ademais, apresenta função criativa “cria-se norma jurídica do caso concreto, bem como se cria, muitas vezes, a própria regra abstrata que deve regular o caso concreto”²². Representa também “uma das mais importantes técnicas de tutela de direitos”²³ e “sempre atua em uma situação concreta, um determinado problema que é levado à apreciação do órgão jurisdicional.”²⁴.

Ada Pellegrini Grinover²⁵ dispõe ainda que a jurisdição se caracteriza por ser “a capacidade, que o Estado tem, de decidir imperativamente e impor decisões”²⁶, colocando,

¹⁸ SENA, Adriana Goulart de. Formas de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 46, n. 76, jul./dez. 2007, p. 94.

¹⁹ DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 101.

²⁰ Ibidem, p. 102.

²¹ Ibidem, p. 104.

²² Idem.

²³ Ibidem, p. 108.

²⁴ Ibidem, p. 109.

²⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 45.

²⁶ Idem.

dessa forma, em primeiro plano, o exercício da finalidade pacificadora que o ente Estatal exerce.

Ademais, é tema recorrente nos livros que tratam de matéria processual a temática relacionada à jurisdição, visto que esta se tornou a forma mais utilizada de resolução de controvérsias e assumiu a posição de principal associada à ideia e prestação estatal de justiça.

Bem acrescenta Humberto Theodoro Júnior que, para que seja possível promover a referida prestação, foi estabelecida a Jurisdição “[...] como *poder* que toca ao Estado, entre as suas atividades soberanas, de formular e fazer atuar praticamente a regra jurídica concerta que, por força do direito vigente, disciplina determinada situação jurídica”²⁷. O autor ressalta ainda que os órgãos jurisdicionais não foram instituídos para “[...] definir academicamente meras hipóteses jurídicas, nem tampouco para interferir *ex officio* nos conflitos privados de interesse entre os cidadãos”, sendo assim, a função jurisdicional só é aplicável mediante casos concretos que envolvam conflitos de interesses, também chamados de lide ou litígio, e que depende da invocação dos interessados.²⁸

Ainda segundo Theodoro Júnior²⁹, conceituar lide é fundamental para compreender a atividade da jurisdição, do processo e da ação, sendo, para isso, preciso esclarecer que as terminologias lide e litígio são termos muito similares, funcionando até como sinônimas, e correspondem a um evento que ocorre anteriormente ao processo, mas que é uma condição *sine qua non* deste, tendo em vista que é apenas com a configuração do conflito que se verifica quem são as partes envolvidas e legitimadas para acionar o Estado, conforme dispõe o art. 17 do CPC/2015: “Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade”.

Na prática, o que é mais comum de ocorrer é que, uma vez configurado o conflito, as partes envolvidas tendem a procurar apoio no ordenamento jurídico vigente e, através das ações cabíveis, acionam o Estado-juiz para tomar as medidas necessárias e iniciar os processos a fim de que seja proferida decisão que mais se adeque, segundo as leis em vigor, às demandas dos jurisdicionados.

2.3. MEIOS ADEQUADOS DE RESOLUÇÃO DE DISPUTAS E AUTOCOMPOSIÇÃO

Diante do grande crescimento e fortalecimento da estrutura estatal, o que se observa é que cada vez mais se consolidou a quase exclusividade absoluta do Estado no exercício da

²⁷ THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento**. 51 ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010, p. 42.

²⁸ Idem.

²⁹ Idem.

função pacificadora das relações sociais, como já apresentado no tópico anterior. Segundo dispõe o Código Penal brasileiro, no seu artigo 345, caracteriza-se como crime o exercício da autotutela, na medida em que expressamente veda o “exercício arbitrário das próprias razões”. E esta proibição é feita tanto no que concerne a relações entre particulares como também na relação dantes com o próprio Estado, conforme estabelece o artigo 350 do referido código, ao vedar o “exercício arbitrário ou abuso de poder”.³⁰

Sabe-se que, conforme já apresentado anteriormente, quando o assunto é o desempenho da tutela jurisdicional por parte do Estado, o desenrolar da relação processual é necessariamente formal, tendo em vista que é esta característica que proporciona aos sujeitos envolvidos, aos demandantes, a garantia de legalidade e imparcialidade almejada, com base no que dispõe a própria Constituição Federal, especialmente em seu artigo 5º, incisos LIV³¹ e LV³², que consagram os princípios da legalidade e o devido processo legal. Contudo, essas formalidades processuais que devem ser obrigatoriamente observadas, conforme disposto em Lei, acaba, muitas vezes, levando bastante tempo e ocasionando prejuízos à efetividade do desempenho da função pacificadora.

Segundo bem apresentado por Ada Pellegrini Grinover:

A permanência em situações indefinidas constitui, como já foi dito, fator de angústia e infelicidade pessoal. O ideal seria a pronta solução dos conflitos, tão logo apresentados ao juiz; mas, como isso não é possível, eis aí a demora na solução dos conflitos como causa de enfraquecimento do sistema.³³

Ou seja, a morosidade no trato das questões processuais, decorrentes da necessidade de observância das formalidades, acabam por prolongar, além do esperado pelas partes, situações conflituosas desgastantes. Além disso, a autora também apresenta que não só a duração, mas também o custo necessário para levar adiante um contencioso judicializado (relativos aos preparos, honorários advocatícios, perícias e etc.) constituiu outro empecilho ao pleno cumprimento da função pacificadora por parte do ente estatal.³⁴

Ainda assim, sabe-se que o processo estatal apenas promove a pacificação do conflito que foi judicializado e não do conflito social como um todo, sendo este a base de todos os desdobramentos havidos e, certamente, pode vir a ser mais amplo que aquele deduzido em juízo. Conforme se observa empiricamente, é muito comum que, posteriormente a uma decisão

³⁰ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, pp. 46-47.

³¹ LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal

³² LV - aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes

³³ GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 47.

³⁴ Ibidem, p. 47-48.

imperativa proferida no âmbito da jurisdição do Estado, o vencido não fique satisfeito ou, até mesmo, que o próprio vencedor, apesar de ganhar a demanda, não se sinta plenamente feliz e satisfeito com o resultado. Em casos como estes, é comum que os envolvidos recorram e voltem a litigar, visualizando assim que o objetivo de promover a pacificação se mostrou incompleto e ineficaz.³⁵

Dificuldades como as apresentadas acima e outras foram conduzindo os processualistas a pensarem em diferentes alternativas para promover a solução das demandas insurgentes. Com o tempo então foram ganhando espaço novos meios direcionados à resolução de conflitos e à promoção da pacificação social, sendo imperioso falar na autocomposição.

Conforme dispõe Fredie Didier Júnior, a autocomposição:

É a forma de solução do conflito pelo consentimento espontâneo de um dos contendores em sacrificar o interesse próprio, no todo ou em parte, em favor do interesse alheio. É a solução altruísta do litígio. Considerada, atualmente, como legítimo meio alternativo de pacificação social. Avança-se no sentido de acabar com o dogma da exclusividade estatal para a solução do conflito de interesses. Pode ocorrer fora ou dentro do processo jurisdicional.³⁶

Didier Júnior ainda ressalta que o processo de autocomposição pode se desenvolver após a negociação dos interessados, admitindo ou não participação de terceiros que não sejam os interessados na demanda para auxiliarem. Estes terceiros então recebem o nome de mediadores ou conciliadores, figuras estas que atualmente adquiririam relevante notoriedade e importância perante as novas demandas, conformações e políticas adotadas pelo Judiciário.³⁷

Diante dessa nova opção de submissão dos litígios, é possível verificar algumas características. Grinover apresenta que “a primeira característica dessas vertentes alternativas é a *ruptura com o formalismo processual*”³⁸, ou seja, esta “desformalização” acaba por promover uma maior celeridade à resolução das demandas. Em segundo lugar estaria figurando a característica da gratuidade, tendo em vista que os meios informais gratuitos, ou pelo menos mais baratos, são certamente de mais fácil acesso a todos³⁹. No terceiro lugar estaria a “delegalização”, “caracterizada por amplas margens de liberdade, inexistentes nas soluções a cargo dos órgãos jurisdicionais estatais”⁴⁰, possibilitando, dessa forma, a abertura de novos

³⁵ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 48.

³⁶ Ibidem, p. 111-112.

³⁷ DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 112.

³⁸ GRINOVER, Ada Pellegrini. Op. cit., p. 48.

³⁹ Idem.

⁴⁰ Idem.

caminhos para os chamados juízos de equidade, os quais se caracterizam como “julgamentos não necessariamente limitados por disposições legais”⁴¹.

Sendo assim, diante das características apresentadas e da nova alternativa que se propõe a abrir novos horizontes para a resolução dos conflitos, vão surgindo e se consolidando os meios alternativos, atualmente melhor denominados de adequados, de pacificação social, os quais, apesar da divergência doutrinária existente, para os fins dessa pesquisa, acredita-se serem representados especialmente pela conciliação e mediação, métodos autocompositivos de resolução de disputas adotados e enfatizados no CPC/2015, como, por exemplo, dispõe o art. 139, inciso V⁴².

2.3.1. CONCILIAÇÃO

Segundo expõem o artigo 3º, §3º, do CPC/2015, “A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial”. A Sessão V, do Capítulo III, do CPC/2015, vem trabalhar especificamente acerca das disposições e prerrogativas conferidas aos sujeitos que participem ou integrem sessões de conciliação e mediação.

Ademais, conforme conceito apresentado no *Manual de Mediação Judicial*⁴³:

A conciliação pode ser definida como um processo autocompositivo breve no qual as partes ou os interessados são auxiliados por um terceiro, neutro ao conflito, ou por um painel de pessoas sem interesse na causa, para assisti-las, por meio de técnicas adequadas, a chegar a uma solução ou a um acordo.
[...]

[...] pode-se afirmar que a conciliação no Poder Judiciário busca: i) além do acordo, uma efetiva harmonização social das partes; ii) restaurar, dentro dos limites possíveis, a relação social das partes; iii) utilizar técnicas persuasivas, mas não impositivas ou coercitivas para se alcançarem soluções; iv) demorar suficientemente para que os interessados compreendam que o conciliador se importa com o caso e a solução encontrada; v) humanizar o processo de resolução de disputas; vi) preservar a intimidade dos interessados sempre que possível; viii) visar a uma solução construtiva para o conflito, com enfoque prospectivo para a relação dos envolvidos; viii) permitir que as partes sintam-se ouvidas; e ix) utilizar-se de técnicas multidisciplinares para permitir que se encontrem soluções satisfatórias no menor prazo possível.

⁴¹ GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 48.

⁴² Art. 139. [...] V - promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais;

⁴³ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, pp. 23-24.

Fredie Didier Junior também apresenta a conciliação como uma forma de resolução de conflito onde:

[...] um terceiro intervém em um processo negocial, com a função de auxiliar as partes a chegarem à autocomposição. Ao terceiro não cabe resolver o problema, como acontece na arbitragem: o mediador/conciliador exerce um papel de catalizador da solução negocial do conflito.⁴⁴

Por essa razão, apresenta o autor, a conciliação não seria uma espécie de heterocomposição, e sim de autocomposição. Ao conciliador então caberia participar mais ativamente do processo de negociação entre as partes, sendo possível, inclusive, sugerir soluções para o conflito. Sendo assim, a utilização da conciliação seria mais indicada para situações em que não houvesse vínculo anterior entre os sujeitos a ela submetidos.⁴⁵

A conciliação também observa rigidamente os princípios da confidencialidade, imparcialidade, voluntariedade, oralidade, informalidade e autonomia da vontade das partes. É vedado a utilização, por parte do conciliador, de qualquer tipo de constrangimento ou intimidação para induzir as partes a promoverem uma composição e chegarem a um acordo, visto que, apesar da condução da sessão por este terceiro, os protagonistas são as próprias partes que, buscando terem suas pretensões satisfeitas, irão se empenhar para construir uma solução, abrindo mão do poder impositivo de decisão proferida pelo Estado-juiz.

Dessa forma, a conciliação pode ocorrer judicialmente, quando no curso do processo judicial, ou extrajudicialmente. Na conciliação judicial, sendo o conciliador um importante auxiliar da justiça, serão aplicadas todas as disposições contidas em leis relativas a ele e, ainda, relacionadas ao impedimento e à suspeição. O conciliador pode ser funcionário público ou profissional liberal, podendo o desempenho da atividade de conciliação ser remunerada ou voluntária. Segundo regras estabelecidas pelo CNJ, os conciliadores devem passar também por um curso de capacitação e ciclagens periódicas, conforme estabelece o art. 12 da Resolução 125/2010 do CNJ. Tornando-se, portanto, um importante colaborador da justiça.⁴⁶

2.3.2. MEDIAÇÃO

A linha que separa a mediação da conciliação é muito tênue. A Mediação caracteriza-se por ser:

⁴⁴ DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 209.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Ibidem, p. 209-210.

[...] um método de resolução de disputas no qual se desenvolve um processo composto por vários atos procedimentais pelos quais o(s) terceiro(s) imparcial(is) facilita(m) a negociação entre as pessoas em conflito, habilitando-as a melhor compreender suas posições e a encontrar soluções que se compatibilizam aos seus interesses e necessidades.⁴⁷

De maneira geral, as disposições e características apresentadas no tópico anterior a respeito da conciliação se aplicam também para a mediação, com exceção de alguns pontos. Por exemplo, o mediador tende a desempenhar um papel um pouco diverso, na medida em que figura como um facilitador do diálogo entre as partes envolvidas no conflito, servindo como um veículo de comunicação e um auxiliador na tarefa de compreensão das questões e interesses em disputa. Contudo, o mediador deve conduzir a sessão de maneira que as próprias partes consigam, por si sós, identificar soluções consensuais capazes de gerar benefícios para ambos os envolvidos. Ou seja, na mediação, diferente da conciliação, o mediador não pode propor solução às partes. Ademais, o emprego da mediação é mais indicado para situações onde já existia uma relação anterior e permanente entre as partes, como, por exemplo, em situações envolvendo relações familiares ou societárias.⁴⁸

De maneira usual, no que concerne aos pontos distintos entre mediação e conciliação, sugere-se que:

[...] i) a mediação visaria à ‘resolução do conflito’ enquanto a conciliação buscaria apenas o acordo; ii) a mediação visaria à restauração da relação social subjacente ao caso enquanto a conciliação buscaria o fim do litígio; iii) a mediação partiria de uma abordagem de estímulo (ou facilitação) do entendimento enquanto a conciliação permitiria a sugestão de uma proposta de acordo pelo conciliador; iv) a mediação seria, em regra, mais demorada e envolveria diversas sessões enquanto a conciliação seria um processo mais breve com apenas uma sessão; v) a mediação seria voltada às pessoas e teria cunho preponderantemente subjetivo enquanto a conciliação seria voltada aos fatos e direitos e com enfoque essencialmente objetivo; vi) a mediação seria confidencial enquanto a conciliação seria eminentemente pública; vii) a mediação seria prospectiva, com enfoque no futuro e em soluções, enquanto a conciliação seria com enfoque retrospectivo e voltado à culpa; viii) a mediação seria um processo em que os interessados encontram suas próprias soluções enquanto a conciliação seria um processo voltado a esclarecer aos litigantes pontos (fatos, direitos ou interesses) ainda não muito compreendidos por esses; ix) a mediação seria um processo com lastro multidisciplinar, envolvendo as mais distintas áreas como psicologia, administração, direito, matemática, comunicação, entre outros, enquanto a conciliação seria unidisciplinar (ou mono disciplinar) com base no direito.⁴⁹

⁴⁷ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 20.

⁴⁸ DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 209.

⁴⁹ BRASIL. Op. cit, p. 22-23.

Portanto, é possível observar as particularidades dessas formas autocompositivas de resolução de disputas que atualmente têm ganhado bastante espaço e importância no âmbito do Poder Judiciário. Ficar-se-á, por hora, apenas com essa visão introdutória acerca da mediação, tendo em vista que os capítulos que se seguem irão tratar mais especificamente sobre a temática e os seus desdobramentos.

3. DIREITO COMPARADO: ORIGENS E ALCANCES

Para melhor entender a mediação judicial de conflitos, escopo do presente trabalho, é imprescindível que se faça uma breve abordagem acerca de suas origens e dos alcances que este instituto tem atingido, não só no Brasil, mas também em outras localidades. Em razão disso, os tópicos que se seguem irão trazer uma visão geral acerca de como houve este desenvolvendo e expansão, levando em conta, no entanto, que a mediação propriamente dita é um instituto muito antigo e, materialmente falando, já utilizado como forma de dirimir conflitos por povos desde a consolidação das primeiras formas de relações sociais.

Em virtude disso, o enfoque será dado na institucionalização da mediação no contexto legislativo brasileiro e o seu reconhecimento como um meio formalmente considerado de resolução adequada de disputas entre os indivíduos. Em seguida, será apresentada uma breve análise de como este instituto surgiu e tem sido utilizado nos Estados Unidos, um dos países que possui mais influência externa, especialmente no Brasil, e onde tem crescido e fortalecido a utilização dessas novas formas de promover a resolução dos conflitos. Com isso, por meio da conjugação das informações apreendidas, será possível entender as influências e como tem se dado a aplicação dos métodos autocompositivos no contexto brasileiro.

3.1. ORIGENS: CENÁRIO BRASILEIRO

É notável que a institucionalização da mediação e o seu desenvolvimento no âmbito dos tribunais já se tornou uma realidade no sistema jurídico do Brasil. Sabe-se que não é necessário a atuação do Estado para que se promova a realização de uma mediação entre indivíduos inseridos em uma relação conflituosa, pelo contrário, até muito mais antiga e consolidada é a chamada mediação extrajudicial, que ocorre fora do âmbito de assistência do Poder Judiciário. É sabido também que nada impede que uma mediação que tenha sido realizada na esfera privada passe a ter repercussão em um processo judicial, podendo o resultado desta ser homologado e perfeitamente surtir efeitos na relação processual.⁵⁰

Sendo assim, verifica-se que, com o passar do tempo, e sob influências das transformações havidas no âmbito das relações sociais, a mediação, de caráter inicialmente privado, acaba se instalando também em um ambiente público, passando a Administração a dispor sobre sua institucionalização e instrumentalização para melhor garantir a assistência dos

⁵⁰ ALMEIDA, Diogo Assumpção Resende de. **A mediação no novo código de processo civil**. Coordenação Diogo Assumpção Resende de Almeida, Fernanda Martins Pantoja, Samantha Pelajo. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 17.

jurisdicionados. Em razão disso, o movimento de judicialização da mediação começou a se originar no Brasil por volta dos anos de 1990, em virtude da influência da legislação Argentina, *Ley 24.573 de 1995*, depois substituída pela *Ley 26.589/2010*, que dispunha sobre a prática da mediação judicial naquele país como uma alternativa de implementação de formas de resolução adequada de disputas que ajudassem a diminuir a sobrecarga do Judiciário.⁵¹

Tendo em vista o que é apresentado na obra *A Mediação no Novo Código de Processo Civil*⁵²:

Delton Meirelles e Fernando Gama lembram que a história da justiça conciliatória remonta a época imperial em nosso país, mas com o avanço do cientificismo e da unificação legislativa, foi abolida no Código de Processo Civil de 1939, para ser retomada em seguida com a publicação do Código de Processual de 1973. Como já articulado, o estímulo à conciliação permaneceu com a instituição dos Juizados de Pequenas Causas (Lei 7.244/1984), ganhando maior expressão com a instalação dos Juizados Especiais (Lei 9.099/1995), diferenciando-se do procedimento ordinário por possuir uma etapa conduzida exclusivamente por conciliadores. Em 1994, a Lei 8.952/1994 reformou o Código de Processo vigente para impor ao juiz o dever de conciliar as partes durante qualquer fase do processo, além de prever a realização de uma audiência específica para esse fim.

Ainda na mesma obra, o autor destaca que:

[...] em 1995 foi apresentada a primeira Medida Provisória (nº 1.053) sobre mediação, e que deveria ser realizada em caráter obrigatório. Em seguida, outra Medida Provisória (nº 1.079) também publicada em 1995, substituiu a anterior, mas conferiu um caráter facultativo à mediação, apesar de necessária. Outras medidas, como a Portaria 817, de 20 de agosto, que atendia a delegação prevista no art. 7º do Decreto 1.572/1995, estabeleciam, no âmbito trabalhista, os principais critérios para a participação do mediador na negociação de conflitos coletivos desta natureza. Nessa época era comum o legislador conferir uma conotação conciliatória ao exercício da mediação, notada nas normas citadas, uma vez que buscava integrar a prática ao processo de negociação coletiva, com o objetivo de oferecer às partes informações sobre as consequências do conflito, exigindo do mediador uma postura de conciliador, com a tarefa de formular propostas e recomendações às representações em litígio, estimulando-as para chegar a um acordo.⁵³

Como destaca Almeida⁵⁴, a primeira tentativa de institucionalização da mediação no âmbito do processo civil brasileiro tomou forma com o Projeto de Lei 4.827/1998, oriundo de proposta da Deputada Zulaiê Cobra. Em 2002, na Câmara dos Deputados, o projeto obteve

⁵¹ ALMEIDA, Diogo Assumpção Resende de. **A mediação no novo código de processo civil**. Coordenação Diogo Assumpção Resende de Almeida, Fernanda Martins Pantoja, Samantha Pelajo. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 18.

⁵² Idem.

⁵³ Ibidem, p. 18-19.

⁵⁴ Ibidem, p. 19-20.

a aprovação da Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido enviado ao Senado federal, recebendo o número PLC 94, de 2002. Contudo, o Governo Federal apresentou diversos Projetos de Lei modificando o Código de Processo Civil, tendo em vista o Pacote Republicano que veio em seguida da Emenda Constitucional 45, de 08 de dezembro de 2004, fenômeno que resultou em um novo relatório do PLC 94. Prejudicado o projeto inicial, foi aprovado o Substitutivo (Emenda 1-CCJ) que foi enviado à Câmara dos Deputados em 11 de julho. O projeto foi encaminhado a CCJC em 1º de agosto e recebido no dia 7 do mesmo mês. A partir daí, não se teve mais notícias até meados de 2013, quando voltou a tramitar.⁵⁵

Com relação a última versão do referido projeto, logo em seu artigo 1º era proposta a regulamentação da mediação paraprocessual civil, podendo esta assumir quatro formas, quais sejam: mediação prévia, incidental, judicial e extrajudicial. No entanto, em 2010, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução 125, dispositivo normativo que instituiu a Política Judiciária de Tratamento dos conflitos de interesses, objetivando proporcionar aos jurisdicionados o direito à solução dos conflitos por maneiras adequadas. Deixou-se claro com esta Resolução a incumbência do Poder Judiciário de não apenas promover a solução adjudicada por meio de sentenças e decisões, mas também disponibilizar às partes outros mecanismos de soluções de controvérsias, principalmente no que concerne aos meios consensuais, como a mediação e a conciliação, oferecendo, ainda, devido atendimento e orientação ao cidadão.⁵⁶

Apesar de ter sido formalmente o primeiro passo, a Resolução 125/2010 do CNJ figura como base da política pública nacional de resolução adequada de disputas e continua em vigor trazendo importantes disposições acerca da configuração da mediação e conciliação no âmbito de atuação do Estado. Em seguida, no que concerne a temática do incentivo à autocomposição, outros projetos e legislações foram se consolidando, a exemplo da Lei 13.140/2015, conhecida como a Lei da Mediação, além, é claro, das inovações trazidas pelo novo CPC. Em virtude da importância da análise pormenorizada desses dispositivos legais para o presente trabalho, serão reservados mais a frente tópicos específicos que falarão sobre eles.

Por hora, importante observar quais foram os caminhos percorridos no contexto histórico brasileiro até se chegar às inovações trazidas pelo CPC/2015, para que seja possível visualizar assim a importância e notabilidade que ganhou a mediação judicial de conflitos no

⁵⁵ ALMEIDA, Diogo Assumpção Resende de. **A mediação no novo código de processo civil**. Coordenação Diogo Assumpção Resende de Almeida, Fernanda Martins Pantoja, Samantha Pelajo. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 19-20.

⁵⁶ Ibidem, p. 20-21.

presente tempo, e, dessa forma, entender porque, para muitos, esse instituto, em conjunto com outros meios autocompositivos de resolução de disputas, promete ser muito vantajoso para o aperfeiçoamento e auxílio na atuação da justiça tradicional.

3.2. DIREITO COMPARADO: MODELO NORTE AMERICANO

Um dos países que mais tem se destacado no uso e nos resultados positivos referentes ao incentivo à implementação de meios adequados de resolução de disputas é os Estados Unidos da América. Caracterizado como uma das maiores potências do mundo e reconhecido como referência em muitos avanços e conquistas realizadas nas mais diversas áreas do conhecimento, os Estados Unidos atualmente tem se diferenciado também no que concerne às inovações trazidas na forma de resolução de conflitos, tendo a Mediação ganhado um importante espaço no país.

Conforme destacado por Sales e Sousa⁵⁷:

O estudo e prática desses mecanismos [meios adequados de resolução de disputas] ganharam destaque nos Estados Unidos, na década de 70, quando o presidente da Suprema Corte dos Estados Unidos, W. Burger, apontou a necessidade da utilização dos processos de negociação e arbitragem.

Semelhante ao que ocorreu no Brasil, observou-se um cenário de crise na Administração da justiça norte americana e a população começou a demonstrar insatisfação com o Poder Judiciário. Esta situação foi elucidada em 1976, em conferência que ocorreu em Minnesota nos Estados Unidos, momento em que houve apresentação da possibilidade de implementar alternativamente formas para promover a solução dos conflitos. Esses novos meios estariam baseados no poder de determinação e no diálogo dos próprios envolvidos, e receberam o nome de *Alternative Dispute Resolution* (ADR).⁵⁸

Segundo Sales e Sousa⁵⁹:

As cortes americanas passaram, então, a utilizar os ADR's como um meio a atender à eficiência processual e à qualidade da prática de acordos preventivos de litígios. Isso foi feito por meio de algumas ações como: encorajamento aos advogados e partes para a utilização dos ADR's, aperfeiçoamento do fluxo de informações de modo prévio, aumento da participação do cliente no litígio, promoção do realismo (atentar para o fato concreto e para a verdade material) e aceleração à resolução do processo na resolução dos casos. A meta

⁵⁷ SALES, L. M. M.; SOUSA, M. A. **A Mediação e os ADR'S (Alternativa Dispute Resolutions) – A Experiência Norte-Americana**. Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, vol. 19, n. 2, p. 377-399. ISSN Eletrônico 2175-0491. Publicação: mai/ago de 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/6012/3288>>. Acesso: 01 de set. de 2016, p.380-391.

⁵⁸ Ibidem, p.380.

⁵⁹ Ibidem, p.380-381.

primordial nesse caso foi fazer com que as partes envolvidas na “querela” economizassem tempo e dinheiro.

Além do exposto, um outro motivo relevante para o implemento do *Alternative Dispute Resolution* nas cortes dos Estados Unidos foi que, com os ADRs, passariam a existir, “na própria estrutura física das cortes”, mais formas de apreciar conflitos disponíveis aos indivíduos envolvidos em litígios. Dessa forma, em certas situações, seria possível gerar resultados mais razoáveis e também promover uma maior satisfação dos usuários do sistema jurisdicional norte americano.⁶⁰

Apresentando uma vasta variedade de mecanismos alternativos e mais ágeis de resolução de disputas e visando evitar a excessiva processualização dos conflitos, os mecanismos de ADRs experienciaram o início de sua institucionalização na administração pública, em especial no âmbito do Poder Judiciário dos Estado Unidos, no final da década de 1970. Como fruto dos debates e da prática dos ADRs no país, surgiu o *Multidoor Courthouse* (Sistema ou Fórum de Múltiplas Portas), que seria uma “proposta à parte da litigância”, trazendo como ideia a perspectiva de que “os conflitos devem ser avaliados para que se possa oferecer o mecanismo adequado para a sua administração e ainda que a solução do ‘perde-ganha’ não é a melhor escolha para a resolução de diversos conflitos existentes na sociedade”.⁶¹

Dessa forma, segundo bem apresenta Sales e Sousa, fortaleceu-se a ideia de que:

[...] além da adjudicação, às partes deve ser oferecido um leque de alternativas, como mediação, arbitragem (obrigatória ou não, a depender do sistema jurisdicional de cada país), conciliação, dentre outras. As partes deveriam ainda, ter acesso à assistência no mapeamento do problema a ser equacionado, ou mesmo à avaliação do conflito, a fim de determinar qual método para resolução da alteração é o mais apropriado.⁶²

Ademais, esse movimento que recebeu o nome de *Multidoor Courthouse* ou Fórum de Múltiplas Portas teve origem em razão de uma proposta do professor Frank Sander, a qual buscou trabalhar com a visão do Poder Judiciário como um centro de solução de conflitos, mas adotando a ideia de que devem ser escolhidos diferentes procedimentos para cada caso, isto é, trabalhou-se com a premissa da existência de vantagens e desvantagens na adoção de

⁶⁰ SALES, L. M. M.; SOUSA, M. A. **A Mediação e os ADR’S (Alternativa Dispute Resolutions) – A Experiência Norte-Americana.** Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, vol. 19, n. 2, p. 377-399. ISSN Eletrônico 2175-0491. Publicação: mai/ago de 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/6012/3288>>. Acesso: 01 de set. de 2016, p.381.

⁶¹ Ibidem, p.384-385.

⁶² Ibidem, p.385.

determinado processo, devendo levar-se em consideração as características de cada relação conflituosa.⁶³

Dessa forma, ao invés de considerar como existente apenas uma única forma ou única “porta”, qual seja, o processo judicial marcado por audiências formais, o *Multidoor Courthouse* busca promover a ideia da existência de um amplo sistema, marcado por tipos distintos de processos e demandas, formado por um “centro de justiça”, que seria organizado pelo Estado e apoiado pelos entes privados, onde as partes seriam direcionadas ao procedimento mais adequado de acordo com a sua demanda.⁶⁴

Neste contexto, visando incentivar o diálogo na busca pela solução de questões, figuram como algumas das formas de ADRs desenvolvidas nos Estados Unidos as seguintes: “mediação, private arbitration, *mediation-arbitration (med-arb)*, *Judge-hosted settlement conferences*, *Fact-finding panels*, *Mini-trials*, *Multi-step ADR* e *Summary jury Trials*”⁶⁵.

Tendo em vista que cada uma dessas formas apresenta suas características peculiares, considere-se, de maneira geral, que as ADRs, no Direito norte americano, destacam-se por serem vantajosas em detrimento do sistema processual comum em razão de as disputas, em geral, serem resolvidas em menor tempo; os custos serem menores, tendo em vista uma economia no que concerne aos gastos com custas processuais, honorários advocatícios, perícias, dentre outros; possibilitarem a maior participação dos envolvidos; proporcionam maiores condições de verificar o real interesse das partes ao conferir-lhes maior espaço de fala e também por facilitar a preservação das relações sociais⁶⁶.

Sendo assim, dentre os meios citados de *Alternative Dispute Resolution*, no contexto norte americano, a mediação foi um dos que mais se destacou e alcançou resultados significativos, não apenas no que concerne a atuação e incentivo por parte do Estado, mas, sobretudo, na atuação de câmaras privadas, que se consolidaram e vem sendo uma opção muito procurada até mesmo por grandes empresas, e também tem contribuído muito para a obtenção de bons resultados.

⁶³ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 18.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ SALES, L. M. M.; SOUSA, M. A. **A Mediação e os ADR’S (Alternativa Dispute Resolutions) – A Experiência Norte-Americana.** Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, vol. 19, n. 2, p. 377-399. ISSN Eletrônico 2175-0491. Publicação: mai/ago de 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/6012/3288>>. Acesso: 01 de set. de 2016, p.385.

⁶⁶ MNOOKIN, Robert, **Alternative Dispute Resolution.** 1998. *Harvard Law School John M. Olin Center for Law, Economics and Business Discussion Paper Series.Paper 232.* Disponível em: <http://lsr.nellco.org/harvard_olin/232>. Acesso em: 05 ago. 2016, p. 4-7.

Portanto, tendo em vista que os Estados Unidos foi um dos primeiros países a institucionalizar a mediação assim como outras formas de ADRs, é imprescindível que se leve em conta sua influência mundo a fora, a qual atingiu vários países, sendo que muito se trabalha ainda para incentivar e promover estudos, assim como resultados acerca de seus alcances. No Brasil, muitos dos estudos realizados naquele país têm sido fontes importantes para o desenvolvimento e amadurecimento das propostas de implementação desses métodos adequados de resolução de conflitos.

Sabe-se que aqui a prática efetiva e institucionalizada dos meios adequados de resolução de disputas, sobretudo da mediação, que visem solucionar as demandas de uma maneira mais eficiente, ainda é pequena se comparada com a experiência norte americana, mas, atualmente, muito tem se buscado promover com as novas legislações, incentivos e capacitações promovidas especialmente pelo Conselho Nacional de Justiça. É o que irá ser abordado nos tópicos seguintes.

4. MEDIAÇÃO JUDICIAL DE CONFLITOS

Diante das perspectivas e abordagens apresentadas, faz-se imprescindível compreender quais são os pilares onde se alicerçaram a mediação de conflitos no âmbito do Poder Judiciário brasileiro. Conforme observado, especialmente agora no século XXI, os métodos autocompositivos de resolução de disputas ganharam bastante espaço, sendo abordados nas principais legislações nacionais e incentivados como formas mais eficientes de se chegar a composição entre os envolvidos sem necessitar de submeter as questões conflituosas à jurisdição do Estado-Juiz.

Dessa forma, para compreender melhor a essência do instituto mediação, que tem se fortalecido no Judiciário brasileiro, serão apresentadas em seguida características marcantes e influências sociais que proporcionaram a conformação deste meio adequado de resolução de disputas da maneira que ele se encontra hoje.

4.1. CULTURA DA PAZ E NÃO LITÍGIO: REAL NECESSIDADE DA SOCIEDADE

Conforme os ensinamentos do renomado autor Fredie Didier Junior no capítulo específico sobre Mediação e Conciliação, em sua obra *Curso de Direito Processual Civil*, tratando acerca do que compreende uma tratativa negocial, onde o litígio não é o foco, mas sim as partes, ele destaca que:

[...] não é apenas um meio eficaz e econômico de solução dos litígios: trata-se de importante instrumento de desenvolvimento da cidadania, em que os interessados passam a ser protagonistas da construção da decisão jurídica que regula suas relações. Nesse sentido, o estímulo à autocomposição pode ser entendido como um reforço da participação popular no exercício do poder – no caso o poder de solução dos litígios. Tem, também por isso, forte caráter democrático.⁶⁷

Ou seja, uma inovação trazida pela adoção e incentivo da Mediação como um meio adequado de resolução de disputas foi que a ênfase desloca-se da relação conflituosa em si, do litígio, para focar no aprimoramento da cidadania e do exercício do diálogo entre as partes envolvidas, afim de colocá-las, de fato, como protagonistas na estruturação de uma solução que melhor satisfaça os interesses e anseios de ambas. Esta proposta acaba por conferir à tratativa entre as partes envolvidas um caráter mais democrático, como bem ressaltou Didier Jr., e também favorece a compreensão e a busca por proporcionar o atendimento da real necessidade do indivíduo que procura o Poder Judiciário para solucionar suas demandas.

⁶⁷ DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 217.

Assim sendo, a mediação judicial de conflitos passa a funcionar como uma forma de fazer com que a sociedade, que busca o auxílio do Estado-Juiz para solucionar suas demandas, consiga ver além do conflito propriamente dito. Em contraponto com a dita “Cultura do Litígio”, já apresentada no Capítulo 2, observa-se que o que se pretende, em linhas gerais, com o emprego e incentivo à mediação como forma adequada de resolução das contendas havidas é que se inverta essa perspectiva, passando-se a adotar e incentivar uma “Cultura da paz ou do não litígio”, isto é, que as partes envolvidas na relação conflituosa possam começar a ver além da relação processual propriamente dita.

Verifica-se então o emprego de uma política de incentivo para que os próprios jurisdicionados passem a se ver como os atores principais de suas demandas, como os sujeitos que serão capazes de, por meio de diálogo e compreensão das suas questões como um todo, identificar suas reais necessidades e chegarem por si sós a uma solução, sem que seja preciso colocar na figura do juiz ou dos tribunais as expectativas de estes serem os únicos capazes de darem uma resposta satisfatória à lide estabelecida.

4.1.1. MODERNA TEORIA DO CONFLITO

Para que se consiga então consolidar a mudança de entendimento proposta acima, é importante trabalhar com a noção de conflito, seu conceito e seus desdobramentos. Para isso, é interessante que se observe como que a sociedade tende a enxergar as relações conflituosas e perceber que, dependendo da forma como se vê o conflito em meio a um processo judicial, o curso desta demanda em si pode tomar diferentes rumos.

Conforme conceito apresentado na obra *Manual de Mediação Judicial*:

O conflito pode ser definido como um processo ou estado em que duas ou mais pessoas divergem em razão de metas, interesses ou objetivos individuais percebidos como mutuamente incompatíveis. Em regra, intuitivamente se aborda o conflito como um fenômeno negativo nas relações sociais que proporciona perdas para, ao menos, uma das partes envolvidas.⁶⁸

Ou seja, como apresentado acima, quando perguntadas acerca de quais palavras vem primeiramente a cabeça ao escutar o vocábulo “conflito”, majoritariamente, as pessoas tendem a associar este termo com palavras negativas como perda, raiva, guerra, briga, disputa, violência, processo, dentre outras. Fortemente motivados pelas emoções e influências fisiológicas do corpo como a liberação de adrenalina, os sujeitos envolvidos na relação

⁶⁸ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 49.

conflituosa tendem a realizar práticas como atribuição de culpa, polarização da relação, repressão de condutas, julgamento, análise de fatos, responsabilização do outro, e etc.⁶⁹

Diante da constatação desses fenômenos, é importante se questionar se o conflito necessariamente tem que assumir um caráter negativo ou se é possível que os sujeitos envolvidos o visualizem por uma outra perspectiva. Em resposta a esse questionamento, como bem colocado no *Manual de Mediação Judicial* e também trabalhado pela doutrina, defende-se que do conflito podem surgir resultados e mudanças positivas. Ao invés de ver a relação conflituosa com as características apresentadas anteriormente, o que se sugere é que seja possível, por parte do indivíduo, uma mudança de ponto de vista, passando a enxergar o conflito como uma oportunidade de se chegar ao entendimento, a uma compreensão, ao crescimento, a um ganho, aproximação, solução, paz, felicidade e afeto.⁷⁰

Ou seja, sabe-se que diante de uma vida em sociedade invariavelmente estamos sujeitos ao embate de interesses, o que acaba culminando em insatisfações e até mesmo em desavenças. Estando um conflito já configurado, o que se propõe é que os indivíduos envolvidos passem a percebê-lo de forma positiva e como algo natural na relação que envolve os seres humanos, sendo uma alternativa passível de proporcionar crescimento e compreensão. Tal mudança de percepção é a principal característica da chamada Moderna Teoria do Conflito.⁷¹

Essa compõe então uma das principais inovações trazidas pela mediação. Isto é, o mediador passa a buscar trabalhar a percepção do conflito como uma oportunidade, visando superar reações como elevação do tom de voz, raiva, hostilidade, ruborização, descuido verbal, taquicardia e transpiração, incentivando outros comportamentos como a serenidade, compreensão, amabilidade, consciência verbal, simpatia, moderação, equilíbrio, naturalidade, e etc. Aplicando atitudes como essas, segundo a Moderna Teoria do Conflito, acredita-se que se torne possível fazer com que os envolvidos compreendam melhor os comportamentos, coloquem-se no lugar do outro, analisem intenções, busquem soluções, tornem-se proativos para resolver, despolarizem a relação, saibam gerir suas próprias emoções e etc.⁷²

Ademais, o ponto de partida que se tem é de que os envolvidos em uma relação conflituosa possuem interesses congruentes. Não haveria um certo e um errado, mas sim perspectivas diferentes de análise que, muitas vezes na prática, acabam, no fundo, sendo muito

⁶⁹ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 49-50.

⁷⁰ Idem.

⁷¹ Ibidem, p. 51.

⁷² Ibidem, p. 49.

mais semelhantes do que destoantes. É a partir deste ponto de vista que a Moderna Teoria dos Conflitos, adotada pela mediação, apresenta-se como uma alternativa interessante para desenvolver a solução de litígios em um prazo mais curto e proporcionando uma melhor realização dos interesses das partes e um maior grau de efetividade de resolução de disputas.⁷³

4.1.2. SOLUCIONANDO FALHAS NA COMUNICAÇÃO

Outro conceito importante para perceber as proporções que uma percepção negativa de conflito podem tomar é o denominado “Espiral de Conflito”. Segundo o que apresenta alguns autores como Rubin e Kriesberg, citados no *Manual de Mediação Judicial*⁷⁴, observa-se um Espiral de Conflito quando:

[...] há uma progressiva escalada, em relações conflituosas, resultante de um círculo vicioso de ação e reação. Cada reação torna-se mais severa do que a ação que a precedeu e cria uma nova questão ou ponto de disputa. Esse modelo, denominado de espirais de conflito, sugere que com esse crescimento (ou escalada) do conflito, as suas causas originárias progressivamente tornam-se secundárias a partir do momento em que os envolvidos mostram-se mais preocupados em responder a uma ação que imediatamente antecedeu a sua reação.

Dessa forma, o que se observa em processos judiciais é que, na grande maioria das vezes, pequenos desentendimentos, passíveis de resolução por diálogo e disponibilidade das partes, acabam atingindo proporções enormes. Estes tendem a chegar a um ponto em que muitas vezes não existe nem mais relação com a situação originária do conflito, mas que, por conta de seus desdobramentos, acaba alcançando uma magnitude muito maior e mais problemática, onde, na prática, não se sabe mais quem de fato é ofensor ou ofendido, configurando assim o “Espiral de Conflito”.

Nota-se então que esses Espirais podem surgir em várias formas e situações relacionais, onde se inicia com um pequeno problema, facilmente solucionável por meio de um diálogo eficaz entre os envolvidos, mas que vai aumentando sua proporção e fazendo com que algo que era pequeno se transforme em um problema grande, não mais percebido entre as partes como passíveis de solução entre elas mesmas, julgando necessário remeter ao Poder Judiciário.

Diante disso, a fim de transformar a relação processual não mais em um processo destrutivo, mas sim construtivo, onde o que ocorre ao final é o fortalecimento da relação social

⁷³ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 53.

⁷⁴ *Ibidem*, p. 50.

preexistente ao conflito e buscando evitar que se configurem os espirais de conflitos, a implementação da mediação traz como um foco também promover um trabalho em cima das falhas de comunicação existentes.

É possível perceber que, na grande maioria das vezes, os processos que chegam ao Poder Judiciário são situações que já se encontram extremamente desgastadas e que as partes nem mesmo querem conversar diretamente com uma com a outra. Grande parte dessas situações no entanto surgem em virtude de falhas de comunicação existentes, visto que, se diante dos problemas iniciais, os envolvidos pudessem ter tomado algumas atitudes como deixar as emoções esfriarem, colocarem-se um no lugar no outro, enxergando o problema de uma perspectiva mais ampla e buscando ser colaborativos, dialogando um com o outro de maneira respeitosa, certamente diversos dos transtornos e desgastes causados por um processo contencioso seriam, ao menos, minimizados.

Diante disso, trabalhar com as vantagens do aprimoramento de uma comunicação eficiente é uma das principais ferramentas que a mediação judicial de conflitos utiliza. No decorrer das audiências de mediação, ou de conciliação, são dadas às partes oportunidades para elas mesmas dialogarem, buscando suprir as falhas de comunicação inicialmente existentes e fazendo com que os envolvidos tenham oportunidade de expor as questões que os motivaram a acionar o Poder Judiciário, tornando-se possível também que as partes estejam a vontade para falar de seus sentimentos e reais interesses, visto que muitas vezes estes últimos não condizem com o interesse aparente objeto do pedido da Inicial.

O que se observa na prática é que muitos dos jurisdicionados não estão ali para buscar ganho financeiro, ou não só para isso, mas sim para buscarem reconhecimento, um pedido formal de desculpas, atenção, respeito, consideração, dentre outros. Muitas vezes a verdadeira vitória em um processo judicial vai além da sentença ou decisão proferida propriamente dita. Por exemplo, em um caso onde um filho entra com processo contra seu pai por abandono afetivo pedindo indenização, traduzida em valores, mas que, após os devidos tramites processuais, ao ganhar a demanda e receber do pai o dinheiro pedido, passa a perceber que o dinheiro não satisfaz suas reais pretensões, que o que ele queria mesmo, por trás de tudo aquilo, era um pai mais presente que desse afeto a ele.

Essa então é uma das propostas da mediação judicial, promover em meio a processos que se instauram a oportunidade de, através do auxílio do mediador treinado e capacitado, desenvolver com as partes uma comunicação efetiva, a fim de que elas mesmas possam identificar quais realmente são os seus interesses e trabalhar em conjunto soluções mais

viáveis às suas demandas, de maneira que sejam evitados maiores desgastes com o prosseguimento de um processo litigioso que durará anos e possivelmente não chegará a um resultado que satisfaça verdadeira e confortavelmente os interesses dos envolvidos.

Autores como William Ury trabalham bem essa questão da comunicação em obras referências para a mediação de conflitos, como as intituladas *Negocie para vencer: instrumentos práticos e criativos para chegar ao sim*⁷⁵ e *O Poder no Não Positivo: Como dizer não e ainda chegar ao sim*⁷⁶. Em essência, as referidas obras trazem como principal ponto a importância de reconhecer os interesses reais dos indivíduos para que seja possível, diante de uma negociação ou um diálogo que busque uma composição, promover uma solução conjunta de problemas, que é o que se busca também na mediação.

Segundo ressalta Ury, “A solução conjunta de problemas é centrada em interesses em vez de posicionamentos [...]. O objetivo é atingir um acordo mutuamente satisfatório de um modo eficiente e amigável.”⁷⁷. O autor expõe também que quando se estabelece uma solução conjunta de problemas entre os sujeitos envolvidos na situação conflituosa, é possível gerar resultados melhores para ambos os lados, fazendo com que se economizem também tempo e energia ao evitar os embates, e isto acaba muitas vezes “[...] levando a melhores relacionamentos de trabalho e ganho mútuo futuro”⁷⁸.

Assim sendo, observa-se que uma demanda submetida a apreciação do Poder Judiciário não tende a ir além do que aparentemente é possível enxergar no formalismo da relação processual. É em relação a este ponto de vista que a mediação judicial de conflitos busca se diferenciar, tendo em vista que esta se propõe a trabalhar com a visualização além dos interesses aparentes dos envolvidos, tendo na figura do mediador um terceiro alheio à lide, mas capaz e treinado para trabalhar com as partes envolvidas esta visão de que não são apenas os juízes ou tribunais os únicos capazes de dizer quem está certo ou errado, mas propor como excelente alternativa uma solução conjunta de problemas, que visa chegar a um “sim” mútuo, a um acordo satisfatório entre as partes, visto que, na maioria das vezes, esta é uma alternativa que melhor atinge as suas reais pretensões.

⁷⁵ URY, William L. **Negocie para vencer**: instrumentos práticos e criativos para chegar ao sim. Tradução Regina Amarante. 2 ed. rev. a atual. São Paulo: HSM Editora, 2013, p. 213.

⁷⁶ Ibidem, p. 235.

⁷⁷ Ibidem, p. 30.

⁷⁸ Ibidem, p. 31.

4.1.3. ESCOPO DA MEDIAÇÃO, TÉCNICAS E ESTRATÉGIAS DO MEDIADOR

Para melhor visualizar então como funciona a mediação judicial de conflitos, apresentar-se-á agora quais as ferramentas utilizadas tendo em vista o escopo principal deste instituto. Em primeiro lugar é importante destacar que, diante de uma relação processual:

Além do problema imediato que se apresenta, há outros fatores que pautam um conflito, tais como o relacionamento anterior das partes, as suas necessidades e interesses, o tipo de personalidade das partes envolvidas no conflito, os valores das partes e a forma como elas se comunicam. Muitos desses fatores considerados secundários por alguns operadores do direito estão, na verdade na origem do conflito e, por isso, devem ser levados em conta na solução do problema.⁷⁹

Dessa forma, é possível constatar que o escopo de um conflito é muito mais amplo do que as questões que vem sendo juridicamente tuteladas, sendo que a lide processual acaba se restringindo ao conteúdo disposto em petição inicial e na contestação apresentadas em juízo. Assim, esse caráter limitado destoa com a necessidade de análise integral do conflito, chamada de lide sociológica, sendo que seria a resolução desta a atitude capaz de conduzir à real pacificação social. Portanto, cabe à mediação considerar aspectos mais amplos como sentimentos das partes e suas reais pretensões, e o mediador deve compreender que não está ali presente para decidir o conflito entre as partes, pois este não é juiz, mas sim para ajudá-las a conduzirem um diálogo construtivo, ultrapassando as dificuldades de comunicação a fim de que elas próprias encontrem uma solução.⁸⁰

Para que seja então possível a ocorrência dos objetivos almejados, durante a sua capacitação, o mediador aprende a desenvolver e empregar técnicas que certamente o auxiliarão na solução do conflito, ou, no mínimo, irão ajudar a incentivar o diálogo e o esclarecimento entre as partes acerca da demanda pretendida e dos seus pedidos. Dessa forma, são estratégias empregadas pelos mediadores durante as sessões de mediação primeiramente o chamado *RAPPORT*, que nada mais é que promover o estabelecimento de uma relação de confiança entre as partes e o mediador. Ou seja, acredita-se que realizar uma recepção bem agradável, atenciosa, e gentil, transmitindo segurança e gentileza através de pequenos gestos já é capaz de desarmar mais as partes que já vem preocupadas e com os ânimos exaltados em razão de estarem diante de uma demanda judicial.⁸¹

⁷⁹ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 148.

⁸⁰ Idem.

⁸¹ Ibidem, p. 201.

Em seguida, iniciada a sessão, outra técnica indicada ao mediador é que este ouça as partes ativamente, isto é, que ele escute “o que está sendo dito sem se deixar influenciar por pensamentos judicantes ou que contenham juízos de valor – ao mesmo tempo deve o ouvinte demonstrar inclusive por linguagem corporal, que está prestando atenção ao que está sendo dito”⁸². É importante também que o mediador se concentre na resolução da disputa e nas questões apresentadas. Demonstrar imparcialidade e receptividade ao que é dito pelas partes também é essencial para mostrar preocupação e interesse no que ambos os envolvidos estão colocando. O mediador também precisa ter sensibilidade para perceber quando ele deve intervir no processo, visto que uma intervenção bem oportuna ou mal oportuna pode facilitar ou prejudicar a confiança que as partes depositaram nele.⁸³

É extremamente necessário evitar preconceitos, visto que um julgamento precipitado pode criar uma barreira na comunicação entre o mediador e as partes, prejudicando o processo de mediação e a construção da solução. Torna-se essencial também promover a separação das pessoas do problema, visto que isto favorece a preservação do relacionamento entre os envolvidos. Ao mediador cabe também realizar a despolarização do conflito, demonstrando às partes que elas estão ligadas pelo mesmo interesse, qual seja, a resolução da disputa, e que a solução partirá da atuação conjunta delas.⁸⁴

Reconhecer e validar sentimentos é um papel importante do mediador, a fim de “demonstrar às partes que é natural em qualquer relação haver conflitos e que se faz mais eficiente buscar soluções do que atribuir culpa”⁸⁵. Para a compreensão do caso em discussão, é preciso também identificar as questões, os interesses e os sentimentos, pois é a partir deste tripé que será possível chegar a uma recontextualização da situação de maneira positiva para fazer com que as partes consigam enxergar o conflito pelo seu ângulo bom. O tom com que a mediação é conduzida também é muito importante, é preciso usar linguagem neutra e acessível, assim como se preocupar com a linguagem não verbal, sabendo, por vezes, fazer o uso do silêncio para permitir que as partes reflitam sobre o que está se passando e pensem em possíveis soluções.⁸⁶

Sabe-se, no entanto, que o principal objetivo da mediação é promover a resolução da disputa propriamente dita, contudo, não fica só aí, tendo em vista que também figuram como

⁸² BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 202.

⁸³ Ibidem, p. 203-204.

⁸⁴ Ibidem, p. 204-205.

⁸⁵ Ibidem, p. 206.

⁸⁶ Ibidem, p. 206-208.

escopos incentivar a compreensão mútua entre as partes e encorajá-las a ter consciência da sua capacidade e autonomia para resolver suas próprias questões sem a necessidade de uma intervenção de um juiz. Esta característica é conhecida como “empoderamento” das partes. E, é importante também, durante as audiências, reforçar o que já foi realizado, assim como incentivar um enfoque prospectivo, isto é, deixar o que ficou para traz, visto que o passado não se muda, e focar em uma solução futura.⁸⁷

Por fim, é preciso que o mediador reconheça as necessidades e dificuldades das partes e desmistifique o processo, fazendo-os perceber que muitas vezes uma solução consensual é muito mais vantajosa que uma imposição do magistrado. São garantidos também a confidencialidade e a imparcialidade. É preciso que o mediador busque nunca se deixar influenciar pelas aparências, filtrar percepções tendenciosas e não influenciar opiniões. Pois, afinal, os objetivos da mediação são resolver o conflito, empoderar as partes, controlar o processo, estabelecer um clima cooperativo e reconhecer e validar os sentimentos de cada parte, afim de que uma solução satisfatória a todos os envolvidos seja estabelecida.⁸⁸

4.2. POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIÁRIAS EM RESOLUÇÃO ADEQUADA DE DISPUTAS: RESOLUÇÃO 125/2010 do CNJ

Diante da necessidade de promover o estímulo, apoio e difusão da sistematização e aprimoramento das práticas até então adotadas pelos tribunais, o Conselho Nacional de Justiça criou a Resolução 125 de 2010. Objetivando dispor sobre a mediação e conciliação, a Resolução 125 surgiu de uma perspectiva de que é competência do Poder Judiciário estabelecer a política pública de tratamento adequado dos conflitos de interesses que demandam resolução em seu âmbito, seja através da heterocomposição, seja pela autocomposição. Essas medidas buscaram não apenas organizar os serviços desenvolvidos no decorrer da relação processual, já em meio às atividades do processo, mas também visou promover o incentivo de atividades preventivas de demandas no âmbito do Poder Judiciário por meio das denominadas “atividade pré-processuais de conciliação e mediação”.⁸⁹

Dessa forma, diante da evidente necessidade de fixar um novo modelo, estabeleceu-se uma “política pública nacional em resolução adequada de conflitos”, com a aprovação, em

⁸⁷ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 210-211.

⁸⁸ Ibidem, p. 213-214.

⁸⁹ Ibidem, p. 37.

29 de novembro de 2010, da Resolução 125⁹⁰. Segundo bem esclarece Fredie Didier Junior, esta Resolução:

[...] a) institui a Política Pública de tratamento adequado de conflitos de interesses (art. 1º); b) define o papel do Conselho Nacional de Justiça como organizador desta política pública no âmbito do Poder Judiciário (art. 4º); c) impõe a criação, pelos tribunais, dos centros de solução de conflitos e cidadania (art. 7º); d) regulamenta a atuação do mediador e do conciliador (art. 12), inclusive criando o seu Código de Ética (anexo da Resolução); e) imputa aos tribunais o dever de criar, manter e dar publicidade ao banco de estatísticas de seus centros de solução de conflitos e cidadania (art. 13); f) define o currículo mínimo para o curso de capacitação dos mediadores e conciliadores.⁹¹

Diante do exposto, a Resolução 125/2010 possui como escopo, sobretudo

[...] i) disseminar a cultura da pacificação social e estimular a prestação de serviços autocompositivos de qualidade (art. 2º); ii) incentivar os tribunais a se organizarem e planejarem programas amplos de autocomposição (art. 4º); iii) reafirmar a função de agente apoiador da implantação de políticas públicas do CNJ (art. 3º)⁹²

Conforme bem destaca o *Manual de Mediação Judicial*⁹³, tanto boa parte da doutrina quanto as pesquisas realizadas sobre o Poder Judiciário demonstram que o os próprios jurisdicionados têm percebido os tribunais como “locais onde estes terão impostas sobre si decisões ou sentenças”. Ou seja, o que tem se observado são situações extremamente litigiosas, morosas, e desgastantes, tanto do ponto de vista econômico como psicossocial, marcadas pelo excessivo formalismo processual. Diante disso, começa-se a se refletir sobre novas formas de pensar a busca pela justiça, como a Resolução 125/2010, que visa, até mesmo, atingir metas não diretamente perseguidas no processo judicial heterocompositivo.⁹⁴

Para que se consiga realizar a concretização das novas metas de promoção da autocomposição no âmbito do Poder Judiciário brasileiro, a Resolução 125/2010, em seu artigo 7º, também dispõe acerca dos Núcleos Permanentes de Mediação e Conciliação (NUPEMECs), cuja criação compete aos tribunais, que serão responsáveis por auxiliar no desenvolvimento da política judiciária de tratamento adequado de conflitos. O NUPEMEC será “composto por magistrados da ativa ou aposentados e servidores, preferencialmente atuantes na área”, responsáveis também por incentivar ou promover a capacitação no que concerne à mediação e

⁹⁰ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). *Manual de Mediação Judicial*. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 37.

⁹¹ DIDIER JR., Fredie. *Jurisdição*. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014, p. 208.

⁹² BRASIL. Op. cit., p. 38.

⁹³ Idem.

⁹⁴ Idem.

à conciliação, e a ele cabe também instalar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCS), “que concentrarão a realização das sessões de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, dos órgãos por eles abrangidos”.

Portanto, o que passa a se buscar frente a essas inovações é “estabelecer uma nova face ao judiciário: um local onde pessoas buscam e encontram suas soluções – um centro de harmonização social”⁹⁵. Isto é, atualmente o que se pretende estimular é a administração da justiça voltada para resolver os conflitos da melhor maneira possível, distanciando-se, majoritariamente, da estrutura exclusivamente positivada e adotando métodos interdisciplinares com o objetivo de “atender não apenas aqueles interesses juridicamente tutelados, mas também outros que possam auxiliar na sua função de pacificação social”⁹⁶.

Apesar da ampla aplicação da política estabelecida da Resolução 125/2010 envolver mudanças significativas e até indicadas como de difícil implementação diante de alguns obstáculos, como a capacitação plena de mediadores e conciliadores e também a consolidação de Núcleos e Centros de excelência capazes de atender e gerir devidamente as demandas e os conflitos de interesses, acredita-se que progressivamente isto venha a ocorrer com o envolvimento dos tribunais, já tendo até alcançado significativas mudanças. Nota-se um número crescente de magistrados que apoiam a autocomposição e acreditam que esta seja uma política pública do Poder Judiciário bastante efetiva para a solução de conflitos.⁹⁷

4.3. LEI DE MEDIAÇÃO: LEI Nº 13.140/2015

Conforme estabelece a ementa da Lei nº 13.140, de 26 de julho de 2015, a referida legislação “Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública (...)”. Complementando este mesmo sentido, o parágrafo único do artigo 1º bem acrescenta que “Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia”.

Dando seguimento nas disposições elencadas na supramencionada lei, conhecida como Lei da Mediação, dá-se um enfoque inicial nos princípios que orientam esta forma adequada de resolução de conflitos, dentre os quais estão a imparcialidade do mediador,

⁹⁵ BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016, p. 41.

⁹⁶ Ibidem, p. 40.

⁹⁷ Ibidem, p. 44.

isonomia entre as partes, oralidade, informalidade, autonomia da vontade das partes, busca do consenso, confidencialidade e boa-fé⁹⁸. Conforme o disposto em Lei, não é obrigatória a permanência em procedimento de mediação e este pode tratar sobre todo o conflito ou parte dele, isto é, é possível, diante de um acordo estabelecido entre as partes, que este seja parcial, e sendo judicial, compete ao juiz sua homologação.

Em sequência, a Seção II vem tratar da figura dos mediadores, acerca de suas competências e prerrogativas, podendo estes serem judiciais ou extrajudiciais, ressaltando que, em qualquer hipótese, é imprescindível que haja capacitação, sendo direito das partes estarem acompanhadas por advogados. Interessante ressaltar que, conforme dispõe o art. 11, o mediador judicial precisa ser “[...] pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores”. O interessante deste requisito é que ele de fato evidencia uma das principais características da mediação, qual seja, a multidisciplinariedade e o foco na solução apropriada de conflitos, levando em conta seu caráter amplo e multicultural, onde, não cabe somente a um operador do Direito atuar para que questões controversas sejam resolvidas, mas sim evidenciando que as próprias partes são capazes de chegar a uma solução por meio de uma comunicação eficiente e auxiliada por um terceiro capacitado.

A Seção III da Lei da Mediação cuida da questão procedimental em si, ressaltando que a todo o procedimento, para que as partes se sintam seguras com o que será realizado, é preciso que as regras de como irá funcionar sejam esclarecidas logo de início, alertando também sobre o caráter confidencial e se certificando sobre a anuência das partes envolvidas em iniciar a mediação. Caso haja necessidade, pode haver suspensão do processo e remarcação de reuniões posteriores, visando dar seguimento da melhor maneira possível. O mediador também poderá reunir-se com as partes em conjunto ou separadamente, e, havendo a celebração de um acordo, este tem valor de título executivo extrajudicial, mas, caso seja homologado judicialmente, assume caráter de título executivo judicial.

A mesma lei aborda também os procedimentos e particularidades que devem ser observados diante da autocomposição de conflitos em que for parte pessoa jurídica de direito

⁹⁸BRASIL. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>. Acesso em 02 de abril de 2016.

público ou conflitos envolvendo a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações.

Assim sendo, é possível perceber que tem havido um investimento crescente por parte do Estado em estabelecer legislações que visem consolidar o instituto da mediação, unificando procedimentos, ressaltando o seu valor e suas vantagens, incentivando e dispondo sobre as qualificações necessárias daqueles terceiros que auxiliarão o processo e sobre qual é a força de uma decisão consensual entre as partes envolvidas perante o Estado e o Judiciário. Portanto, novas portas se abrem para indivíduos que buscam resolver suas questões de uma maneira garantida, justa e eficiente.

5. AUTOCOMPOSIÇÃO E SUAS VANTAGENS À LUZ DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

A Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conhecida atualmente como Novo Código de Processo Civil, que entrou em vigor em 18 de março de 2016, revogando inteira e expressamente a Lei nº 5.869/1973, o Código de Processo Civil de 1973, trouxe algumas mudanças interessantes para a estrutura processual brasileira. Dentre essas transformações, um enfoque que ganhou significativa relevância foi o incentivo a aplicação por parte do Estado dos métodos autocompositivos de resolução de disputas, dentre os quais estão a mediação e conciliação.

Detentoras agora de uma Seção própria e mais extensa (Seção V, do Capítulo III, que trata dos auxiliares da justiça), a mediação e a conciliação judiciais passaram a ter maior notoriedade e incentivo diante das relações processuais. Com as inovações trazidas pelo CPC de 2015, o que se nota é que passa a haver uma valorização maior da aplicação dos meios autocompositivos de resolução de disputas e um preocupação em estabelecer regras que disciplinem a atuação desses novos colaboradores da justiça, mediadores e conciliadores, visto que seus trabalhos têm se mostrado uma nova e promissora alternativa para melhorar o atendimento dos jurisdicionados por parte do Poder Judiciário.

5.1. CPC/1973 VS. CPC/2015: MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO

Diante dessa nova conformação do Código de Processo Civil brasileiro, é importante apontar as principais mudanças havidas com relação à Mediação Judicial para poder, em seguida, chegar a conclusão se, de fato, esses incentivos aos métodos autocompositivos de resolução de conflitos poderão resultar em vantagens para os principais interessados, as partes, e também para o Judiciário no que concerne à melhor disposição de seus trabalhos.

Inicialmente, cumpre destacar que, além de alguns outros artigos espalhados por todo o CPC/2015, os dispositivos legais que trazem especificamente a matéria a respeito da mediação judicial, e também da conciliação, estão condensados nos artigos 165 a 175 (Dos Conciliadores e Mediadores Judiciais). Assim sendo, importante destacar que esta é uma das principais inovações havidas no que concerne a mediação, tendo em vista que o CPC/73 não faz menção expressa a este instituto propriamente dito, falando apenas em conciliação, onde aponta, logo no início, que o Juiz dirigirá o processo e, a qualquer tempo, compete a este tentar conciliar as partes (art. 125, IV, CPC/73).

Então, verifica-se que, no que concerne ao incentivo à autocomposição, o CPC de 1973 traz apenas disposições sobre o instituto da conciliação em alguns dispositivos pontuais espalhados pelo Código e também em uma seção própria (Seção II, do Capítulo VII), que é composta por apenas três artigos.

Em contraponto, o CPC/2015, já de início, reconhece a importância dos meios consensuais de resolução de conflitos, quando dispõe o seguinte, no seu art. 3º, §§ 2º e 3º:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.
[...]

§ 2º O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

No CPC/73, o dispositivo correspondente ao supracitado seria o art. 125, inciso IV, que estabelece que compete ao juiz dirigir o processo de acordo com as disposições contidas naquele Código e que ele deve “tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes”. Contudo nada se fala em mediação, nem são dados maiores incentivos ou explicações de como proceder, restringindo a tentativa de promover a composição entre as partes mais à pessoa do magistrado.

Ou seja, verifica-se que, com o CPC de 2015, a mediação judicial ganhou forma e maior incentivo, assim como outros meios consensuais de resolução de disputas como a conciliação. Interessante observar no artigo e parágrafos apresentados que, com o novo CPC, fica bem claro o fomento para que os principais integrantes e atores do Judiciário (juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público) estimulem, a qualquer tempo, inclusive já no desenrolar processual, a autocomposição, isto é, uma alternativa de solução consensual dos conflitos entre as partes envolvidas.

Com isso, percebe-se uma mudança significativa no caráter litigioso do processo, tendo em vista o que já foi apresentado acerca da mudança de perspectiva da Cultura do Litígio para uma Cultura da Paz ou Não-litígio, onde as próprias partes possam se perceber como sujeitos ativos na construção de uma solução e que, empoderadas, elas mesmas sejam responsáveis por constatar, com o auxílio de um mediador ou conciliador, que a satisfação de seus reais interesses vai muito além do alcance que uma decisão proferida por um juiz ou tribunal possa atingir.

Ademais, o Capítulo V, da Seção III, vem tratar das audiências de mediação e conciliação. O artigo 334 traz todas as disposições que precisam ser observadas para que se proceda judicialmente com a tentativa de composição entre as partes, ressaltando alguns pontos

que também fazem parte das inovações trazida pelo CPC de 2015. O CPC/73 tratava sobre o tema de forma simplificada nos artigos 277 e 278, abordando apenas as questões de prazos relacionadas às audiências de conciliação e como proceder com relação aos seus resultados.

Já no novo CPC, o artigo 334, somado aos seus doze parágrafos, ressalta especialmente em seu *caput* que “Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação (...)”. Ou seja, mais uma vez, é possível visualizar a importância dada à figura da mediação, visto que agora não se fala mais apenas em conciliação, tendo a mediação judicial passado a integrar formalmente a nossa lei processual civil.

O artigo 334 então estabelece o regramento acerca da atuação do mediador e do conciliador, assim como sobre as audiências, que poderão durar mais que uma sessão, ressaltando também seu caráter obrigatório, exceto se ambas as partes manifestarem expressamente o desinteresse na composição consensual ou quando a audiência realizada não admitir a autocomposição. O artigo finaliza ainda tratando acerca de algumas formalidades, como questões sobre de que maneira devem ser organizadas as pautas, a possibilidade de realização das audiências de mediação e conciliação por meios eletrônicos, as sanções a serem aplicadas no caso de não comparecimento injustificado às audiências, a importância e necessidade do acompanhamento das partes por seus advogados, a possibilidade de se constituir representante, e, por fim, que a autocomposição obtida entre as partes deverá ser reduzida a termo e homologada por sentença.

Finalmente, é importante destacar ainda a inovação trazida pelo CPC/2015 no que concerne a verdadeira tentativa de pacificação do conflito visto que, segundo o que estabelece o artigo 335, inciso I:

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição;

Ou seja, o requerido não é mais citado para responder, mas sim para participar da audiência de mediação ou conciliação, isto é, quando da citação não precisa se preocupar em se armar de inúmeros argumentos defensivos, através da contestação, mas é necessário simplesmente se comprometer a comparecer a um encontro para estabelecer um diálogo sobre o assunto com a outra parte. Portanto, esta outra inovação significativa trazida pelas mudanças no CPC pode ser chamada de “mediação ou conciliação desarmada”, onde o que se busca

verdadeiramente é promover uma composição e um entendimento entre os jurisdicionados e não mais acirrar as disputas e estabelecer uma decisão que diga quem está certo e quem está errado, decisão esta que muitas vezes nem atende aos interesses reais das partes.

5.2. CENTROS JUDICIÁRIOS DE SOLUÇÃO CONSENSUAL DE CONFLITOS

Conforme já inicialmente estabelecido em 2010, pela Resolução 125 do CNJ, os tribunais, mediante a atuação e cumprimentos das atribuições dos Núcleos Permanentes de Mediação e Conciliação (NUPEMECs), deverão instalar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, os CEJUSCS, e estes serão os responsáveis por concentrar e realizar as sessões de mediação e conciliação que estejam a cargo de mediadores e conciliadores dos órgãos por eles abrangidos.⁹⁹

A Seção II da referida Resolução vem cuidar especificamente dos Cejuscs, tratando acerca de sua instalação e prerrogativas. O artigo 8º, *caput*, estabelece que:

Art. 8º Os tribunais deverão criar os Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Centros ou Cejuscs), unidades do Poder Judiciário, preferencialmente, responsáveis pela realização ou gestão das sessões e audiências de conciliação e mediação que estejam a cargo de conciliadores e mediadores, bem como pelo atendimento e orientação ao cidadão.

O citado artigo vem seguido de dez importantes parágrafos que tratam pormenorizadamente da constituição, instalações e atribuições dos Cejuscs, quais sejam:

§ 1º As sessões de conciliação e mediação pré-processuais deverão ser realizadas nos Centros, podendo, as sessões de conciliação e mediação judiciais, excepcionalmente, serem realizadas nos próprios Juízos, Juizados ou Varas designadas, desde que o sejam por conciliadores e mediadores cadastrados pelo tribunal (inciso VII do art. 7º) e supervisionados pelo Juiz Coordenador do Centro (art. 9º).

§ 2º Nos tribunais de Justiça, os Centros deverão ser instalados nos locais onde existam 2 (dois) Juízos, Juizados ou Varas com competência para realizar audiência, nos termos do art. 334 do Novo Código de Processo Civil.

§ 3º Os tribunais poderão, enquanto não instalados os Centros nas Comarcas, Regiões, Subseções Judiciárias e nos Juízos do interior dos estados, implantar o procedimento de Conciliação e Mediação itinerante, utilizando-se de Conciliadores e Mediadores cadastrados.

§ 4º Nos Tribunais Regionais Federais e Tribunais de Justiça, é facultativa a implantação de Centros onde exista um Juízo, Juizado, Vara ou Subseção desde que atendidos por centro regional ou itinerante, nos termos do parágrafo anterior.

§ 5º Nas Comarcas das Capitais dos Estados bem como nas Comarcas do interior, Subseções e Regiões Judiciárias, o prazo para a instalação dos Centros será concomitante à entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil.

⁹⁹ Resolução 125/2010, CNJ, art. 7º, IV.

§ 6º Os tribunais poderão, excepcionalmente, estender os serviços do Centro a unidades ou órgãos situados em outros prédios, desde que próximos daqueles referidos no § 2º, podendo, ainda, instalar Centros Regionais, enquanto não instalados Centros nos termos referidos no § 2º, observada a organização judiciária local.

§ 7º O coordenador do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania poderá solicitar feitos de outras unidades judiciais com o intuito de organizar pautas concentradas ou mutirões, podendo, para tanto, fixar prazo.

§ 8º Para efeito de estatística de produtividade, as sentenças homologatórias prolatadas em processos encaminhados de ofício ou por solicitação ao Centro Judiciário de Conflitos e Cidadania reverterão ao juízo de origem, e as sentenças decorrentes da atuação pré-processual ao coordenador do Centro.

§ 9º Para efeito de estatística referida no art. 167, § 4º, do Novo Código de Processo Civil, os tribunais disponibilizarão às partes a opção de avaliar Câmaras, conciliadores e mediadores, segundo parâmetros estabelecidos pelo Comitê Gestor da Conciliação.

§ 10. O Cadastro Nacional de Mediadores Judiciais e Conciliadores conterá informações referentes à avaliação prevista no parágrafo anterior para facilitar a escolha de mediadores, nos termos do art. 168, caput, do Novo Código de Processo Civil combinado com o art. 25 da Lei de Mediação.

Os artigos 9º, 10 e 11 finalizam estabelecendo a quem compete a coordenação destes Centros, que em geral é desempenhada por um juiz coordenador, sendo-lhe possível a designação de alguns auxiliares a depender da demanda. Ressalte-se também que cada unidade deverá abranger setor de solução de conflitos no âmbito pré-processual, de solução de conflitos processuais e de cidadania. E, também, nos Cejuscs “poderão atuar membros do Ministério Público, defensores públicos, procuradores e/ou advogados”.

O artigo 165 do CPC/2015 também deixa claro a importância da estruturação destes Centros, conforme se observa:

Art. 165. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição.

§ 1º A composição e a organização dos centros serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Portanto, o que se percebe com essas disposições legais é que, na prática, serão os Cejuscs os principais responsáveis, no âmbito do Poder Judiciário, por realizar as audiências de mediação e conciliação, não afastando, é claro, o poder dos próprios juízes de tentarem promover, a qualquer tempo, a composição entre as partes conforme já apresentado. Ou seja, serão nestes Centros que os mediadores e conciliadores irão atuar, recebendo todo o suporte necessário, capacitação e treinamento, com o auxílio dos NUPMECs, para melhor realizem o

atendimento dos jurisdicionados e promoverem uma tentativa eficaz e adequada de resolução dos litígios.

5.3. MUDANÇAS E MELHORIAS

Diante de toda a abordagem feita até então, chega-se ao momento de apresentar e observar quais são, de fato, as mudanças e melhorias que se pretendem alcançar, e já se têm alcançado, com a implementação e incentivo desses métodos autocompositivos de resolução de conflitos no âmbito do Poder Judiciário. Sendo assim, com o auxílio dos resultados divulgados no *Relatório Semana Nacional da Conciliação 2015 – Núcleo Permanente de Mediação de Conciliação – Novembro de 2015*, buscar-se-á apresentar o que realmente se tem atingido na prática e qual a avaliação das próprias partes com relação a implementação deste novo sistema.

Percebe-se que o que se pretende é imprimir uma nova face à atuação do Poder Judiciário com a implementação dessas novas políticas públicas em resolução adequada de disputas. Aliados com o novo aparato legal que envolve, principalmente, a Resolução 125/2010 do CNJ, a Lei da Mediação (Lei nº 13.140/2015) e também o Novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), os incentivos e esforços têm sido feitos não apenas para transformar a atuação do Poder Judiciário em uma atividade mais ágil, mas também para permitir que ele se torne um centro de solução efetiva de conflitos do ponto de vista do próprio jurisdicionado.

Diante disso, no que concerne às mudanças, verifica-se que, na prática, com a adoção da mediação judicial, e também de outras formas autocompositivas de resolução de disputas, como a conciliação, passos iniciais têm sido dados no sentido de consolidar e implementação deste novo instituto. Tem-se buscado fazer com que as próprias partes entendam que elas mesmas possuem poderes para resolver suas contendas, muitas vezes de maneira mais simples do que parece. Dessa forma, com o auxílio de um mediador, elas poderão passar a enxergar o conflito por outro ângulo, abrindo um novo leque de opções para promover a sua composição, que não seja a submissão a uma decisão rígida de um juiz ou tribunal, a qual muitas vezes se baseia na letra fria da lei.

Com esta busca de mudança de visão e percepção do Poder Judiciário não mais como o único “fazedor de justiça”, pretende-se que se passe a enxergar os próprios jurisdicionados como sujeitos ativos no desenrolar dos trâmites processuais, capazes de visualizar o que eles verdadeiramente buscam e, entre si, criar uma solução que efetivamente satisfaça os seus reais interesses.

Importante destacar, como já foi dito, a linha tênue que separa, no âmbito do Poder Judiciário, a mediação da conciliação. O próprio CPC trabalha conjuntamente, em muitas ocasiões, as características dos dois institutos. Sabe-se que este é um campo de atuação que tem começado a se tornar mais expressivo nas duas últimas décadas, sobretudo nestes últimos anos, especialmente agora com as novas regras processuais que abriram e consolidaram mais o campo de atuação de mediadores e conciliadores.

Atualmente, tendo em vista o trabalho do CNJ e dos NUPEMECs, os cursos de formação e capacitação oferecidos para mediadores e conciliadores possuem como base a obra *Manual de Mediação Judicial*, até então com a última publicação ocorrida em 2016, tendo os métodos autocompositivos de resolução de conflitos, mediação e conciliação, andado muitas vezes lado a lado. Cumpre-se destacar também que a mediação judicial, por se propor a cuidar de casos com um nível de complexidade maior e que envolva relações continuadas, acaba por requerer um processo de capacitação um pouco mais demorado e complexo, sendo relativamente novo no contexto do formalismo legal. Já a conciliação, por ser um instituto que se propõe a tratar de causas mais simples, acaba por apresentar uma capacitação mais rápida, e tem, na prática, sido observada com mais frequência nos tribunais, tendo em vista que também já se encontrava expressamente presente do CPC/73, tendo mais tempo de consolidação.

Dessa forma, observando os dados divulgados pelo *Relatório – Semana Nacional da Conciliação 2015 – NUPEMEC – Dias 16 a 27 de novembro*¹⁰⁰, no que concerne às pessoas atendidas e aos resultados alcançados, no âmbito de atuação do TJDF, comparando os anos de 2014 e 2015, o que se percebe é que houve, de um modo geral, um aumento significativo em todos os aspectos analisados, conforme é possível verificar na figura 1, em anexo.

A criação dos Cejuscs tem aumentado a cada ano, substituindo a atuação dos juizados e das varas no desempenho das atividades de mediação e conciliação conforme esta nova política pública se consolida, conforme observa-se na figura 2, em anexo. Importante ressaltar que até o ano de 2015, período analisado no Relatório, o Distrito Federal contava com a atuação de nove Cejuscs espalhados em algumas principais localidades. Já no ano de 2016 este número cresceu para mais do que o dobro, conforme consta das informações institucionais disponíveis no sítio eletrônico do TJDF¹⁰¹, fator que evidencia a movimentação havida com as novas legislações e incentivos adotados.

¹⁰⁰ RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

¹⁰¹ Dados disponíveis em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec>>. Acesso: 05 de ago. de 2016.

Agora, tendo já observado a crescente criação e atuação do organismo responsável pela realização e prática da mediação e conciliação, e dos resultados por eles obtidos, o *Relatório – Semana Nacional da Conciliação 2015 – NUPEMEC – Dias 16 a 27 de novembro* – traz também uma importante informação a respeito da perspectiva do usuário, isto é, dos próprios jurisdicionados que tiveram suas demandas encaminhadas para uma autocomposição. Conforme disposto no próprio relatório, “A Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU) é um instrumento fundamental para a avaliação dos serviços prestados pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, além de ser a principal ferramenta para o acompanhamento da atuação dos conciliadores”¹⁰².

As pesquisas possuem um caráter sigiloso e são feitas a partir de formulários entregues às partes após a realização das audiências de conciliação ou mediação, composto por um questionário acerca da atuação do conciliador/mediador, envolvendo também a perspectiva geral acerca da satisfação com a audiência. Estas, depois de respondidas, são depositadas em uma urna pela própria parte. Conforme se observa no resultado apresentados pelo referido relatório, no período de 16 a 23 de novembro de 2015, mais de 90% dos usuários mostraram-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a atuação do conciliador e, na mesma proporção, não se sentiram pressionados para chegarem a uma composição, conforme se observa na figura 3, em anexo. Isto evidencia que, na prática, os objetivos propostos para a adoção de métodos autocompositivos de resolução de disputas que procuram dar às partes o poder de construir e decidir a melhor solução, não com a imposição e sim com o auxílio do terceiro imparcial, tem sido alcançado, assim como a satisfação do usuário.

Importante destacar também os dados observados na figura 4 em anexo, os quais apresentam muitos bons resultados no que concerne aos quesitos: “Avaliação dos conciliadores”, 78% consideram excelente; “Melhora na Imagem do Judiciário”, 63,4% responderam sim; clareza na “Apresentação das regras gerais da Conciliação”, 74% consideraram excelente; e “Imparcialidade/neutralidade do conciliador”, 79,8% disseram ter sido também excelente.

Um outro bom resultado obtido, também observado no relatório, foi com relação a “Avaliação da Empresa e do Respectivo Preposto”. Conforme se verifica na figura 5, em anexo, os usuários têm tido uma ótima visão acerca da atuação dos prepostos das empresas no que concerne a “flexibilidade quanto à busca de soluções para um consenso”, “Atenção, zelo e

¹⁰² RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016. p. 7.

preocupação em atender bem a todos”, e, com relação a melhoria na imagem da empresa, a visão sem sido ou mais positiva ou se mantido a mesma. Estes resultados são bastante significativos tendo em vista que uma das principais inovações trazidas pela mediação e conciliação é a tentativa de incentivo a manutenção das boas relações entre as partes envolvidas no litígio, a fim de que ocorra a mudança de visão já apresentada acerca no conflito, tornando-o um meio capaz de promover o fortalecimento das relações, uma composição amigável, um ganho mútuo, a pacificação, a aproximação entre as partes, dentre outros.

Portando, de maneira geral, e analisando sob uma perspectiva empírica, o que se observa é que com a expansão e incentivo à adoção e implementação da autocomposição, aliadas com as mudanças havidas com o novo CPC, em conjunto com os demais dispositivos legais que cuidam do tema, a mediação e a conciliação já têm apresentado melhorias e promovido a satisfação da grande maioria dos jurisdicionados a elas submetidos. Certo é que o caminho ainda é longo para que a população como um todo passe a enxergar esses novos meios de solução adequada de disputas como uma boa alternativa para alcançar de maneira mais eficaz seus reais interesses, compreendendo os ganhos mútuos como uma vantagem e promovendo assim a composição e a manutenção das boas relações.

CONCLUSÃO

Com o presente trabalho, buscou-se demonstrar como, nos últimos tempos, novos institutos vem se consolidando em meio às necessidades de aprimoramento da atuação do poder estatal no âmbito de resolução de conflitos e do crescente número de demandas remetidas à apreciação do Poder Judiciário. É notável que, a cada ano que passa, mais e mais processos são direcionados aos foros competentes, estando os jurisdicionados buscando uma resposta por parte do Estado para as suas demandas, aquela considerada mais justa para a situação conflituosa que em algum momento se estabeleceu. Em contrapartida, em razão da atuação limitada do Judiciário, tendo em vista que o número de servidores e magistrados não é compatível com a carga de trabalho que surge anualmente, o Estado acaba tendo que pensar em novas formas de atender os indivíduos que por si sós não conseguiram sanar suas controvérsias.

É neste cenário que os meios adequados de resolução de disputas acabaram se consolidando. Especialmente agora, com as inovações trazidas pelo novo Código de Processo Civil, Lei nº 13.105 de 2015, onde expressamente foram apontados dispositivos que incentivam e formalizam a autocomposição no âmbito processual. Como foi dito, apesar de ainda haver certa divergência doutrinária acerca de quais são de fato os meios autocompositivos de resolução de disputas, a sua distinção à heterocomposição é bem evidente, visto que, enquanto esta submete as demandas à apreciação de terceiros que terão sobre elas o poder decisório, tendo como seu principal expoente a chamada jurisdição, aquela se caracteriza por envolver também um terceiro, mas que é neutro e imparcial. A este não caberá dizer quem está certo ou errado, mas sim tentar favorecer a composição do conflito auxiliando as partes para que elas mesmas tomem as iniciativas e construam uma solução que satisfaça seus reais interesses.

Dessa forma, com o incentivo à adoção dessas novas formas de resolução de disputas, verifica-se que é possível construir uma mudança de perspectiva acerca do conflito, trazendo para este uma conotação positiva de solução, crescimento, ganhos mútuos e cooperação. Ao promover essa mudança, visa-se também reverter a certa “cultura do litígio” que se instaurou no país, visto que a grande maioria pensa que, quando surge um conflito, o certo é “procurar os seus direitos” acionando o Poder Judiciário pela via processual para que o juiz venha a dizer quem está certo e quem está errado. Nessas decisões confere-se uma falsa sensação de satisfação ao suposto vencedor da demanda, situação que, como se vê, nem sempre atinge o interesse real dos jurisdicionados, os quais, muitas vezes, vão além de um simples

ganho monetário, podendo envolver reconhecimento, retratação, respeito, restauração de vínculos e relacionamento, dentre outros.

Sendo assim, os meios adequados de resolução de disputas, como a mediação, surgem como uma forma de incentivar e desenvolver a mudança de perspectiva do conflito, buscando promover a chamada “cultura da paz ou do não-litígio”, onde os indivíduos envolvidos em situações conflituosas, muitas vezes em decorrência de uma comunicação anterior ineficiente, possam ter a oportunidade de conversar, verificar seus reais interesses e construir conjuntamente uma solução que seja mais adequada a ambos, que vá além dos interesses aparentes.

A mediação judicial de conflitos, que passou a tomar mais forma agora com o novo CPC, em conjunto com a Resolução nº 125/10 do CNJ e com a Lei nº 13.140/15, surge então como uma das inovações mais cotadas para auxiliar o Judiciário a colocar em prática essa nova política de resolução de disputas. Com o aparato legal buscando auxiliar a consolidação deste instituto, aliado às formações e capacitações de mediadores promovidas pelos NUPMECs e pelos Cejuscs, este instituto, e também outros como a conciliação, promete ganhar mais força em nosso país e auxiliar tanto o Judiciário a lidar de uma maneira mais eficaz com as demandas havidas, quanto as próprias partes a terem uma maior satisfação, um menor desgaste e que elas passem a se ver com protagonistas e capazes de construir uma solução que satisfaça seus reais interesses.

No entanto, sabe-se que o caminho a ser percorrido ainda é longo e demanda muito mais do que simples inovações e mudanças legislativas. A autocomposição traz sim várias vantagens ao sistema Estatal de resolução de conflitos, mas seria pretencioso demais falar que esta é uma forma que resolverá cem por cento dos conflitos, visto que existem demandas que são muito mais complicadas e que realmente precisam da atuação de um Juiz ou tribunal. Portanto, a mediação judicial, assim como a conciliação, são formas adequadas de resolução de questões que vem somar na estrutura jurisdicional já existente, de maneira que auxilie o Poder Judiciário e proporcione um ganho não só para o Estado, mas também, e especialmente, para os próprios jurisdicionados.

Com isso, observa-se que, à luz do Novo Código de Processo Civil, a autocomposição tem sido incentivada e conseqüentemente vista como vantajosa. As vantagens de sua utilização em detrimento do exercício comum da jurisdição foram apresentadas no presente trabalho como forma de repensar que, conforme o tempo passa, a sociedade evolui, e é preciso, ao menos, que a estrutura do Estado-juiz tente acompanhar essas mudanças,

proporcionando novas formas de promover a pacificação social e a manutenção da vida em comunidade. Sendo assim, é preciso investir e consolidar a adoção da mediação judicial e das outras formas de autocomposição por parte do Estado, buscando sempre aprimorar e fortalecer sobretudo as relações e o bom convívio social.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Diogo Assumpção Resende de. **A mediação no novo código de processo civil**. Coordenação Diogo Assumpção Resende de Almeida, Fernanda Martins Pantoja, Samantha Pelajo. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

ALMEIDA, Frederico de. **Intelectuais e reforma do Judiciário: os especialistas em direito processual e as reformas da justiça no Brasil**. Rev. Bras. Ciênc. Polít., Brasília, n. 17, p. 209-246, ago. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-33522015000300209&lng=pt&nrm=iso>. Acesso: 28 de maio de 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973.

BRASIL. **Código de Processo Civil**. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015.

BRASIL. **Código Penal**. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Azevedo, André Gomma de (Org.). Manual de Mediação Judicial. 6ª Edição (Brasília/DF:CNJ), 2016.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **RESOLUÇÃO Nº 125, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2010**. Dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário e dá outras providências. Publicada no DJ-e nº 219/2010, em 01/12/2010, 2010b, pág. 2-14. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/images/stories/docs_cnj/resolucao/arquivo_integral_republicacao_resolucao_n_125.pdf>. Acesso em 02 de abril de 2015.

BRASIL. **Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015**. Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a autocomposição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13140.htm>. Acesso em 02 de abril de 2016.

DIDIER JR., Fredie. Jurisdição. In: **Curso de Direito Processual Civil** - Vol. I. 16. ed. Salvador - BA: Jus Podivm, 2014. Cap. III, p. 101- 132.

GRINOVER, Ada Pellegrini. **Teoria Geral do Processo**. 31ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MNOOKIN, Robert, **Alternative Dispute Resolution**. 1998. *Harvard Law School John M. Olin Center for Law, Economics and Business Discussion Paper Series. Paper 232*. Disponível em: <http://lsr.nellco.org/harvard_olin/232>. Acesso em: 05 ago. 2016.

PRIORIZAÇÃO do 1º Grau da Justiça: A nossa meta é você. Conselho Nacional de Justiça. Dados estatísticos. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/programas-e-aco/es/politica-nacional-de-priorizacao-do-1-grau-de-jurisdicao/dados-estatisticos-priorizacao>>. Acesso em: 28 de maio de 2016.

RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

SALES, L. M. M.; SOUSA, M. A. **A Mediação e os ADR'S (Alternativa Dispute Resolutions) – A Experiência Norte-Americana.** Revista Novos Estudos Jurídicos – Eletrônica, vol. 19, n. 2, p. 377-399. ISSN Eletrônico 2175-0491. Publicação: mai/ago de 2014. Disponível em: <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/nej/article/viewFile/6012/3288>>. Acesso: 01 de set. de 2016.

SILVA, De Plácido e. **Vocabulário jurídico conciso.** Atualizadores Nagib Slaibi Filho e Gláucia Carvalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SISTEMA Judiciário Brasileiro: Organização e competências. Supremo Tribunal Federal. Publicado em: 17 de jan. de 2011. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=169462>>. Acesso em: 27 de maio de 2016.

SENA, Adriana Goulart de. Formas de resolução de conflitos e acesso à Justiça. Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, Belo Horizonte, MG, v. 46, n. 76, p. 93-114, jul./dez. 2007.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil: Teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento.** 51 ed. vol. 1. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

URY, William L. **Negocie para vencer:** instrumentos práticos e criativos para chegar ao sim. Tradução Regina Amarante. 2 ed. rev. a atual. São Paulo: HSM Editora, 2013.

_____. **O poder do não positivo:** como dizer não e ainda chegar ao sim. Tradução Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

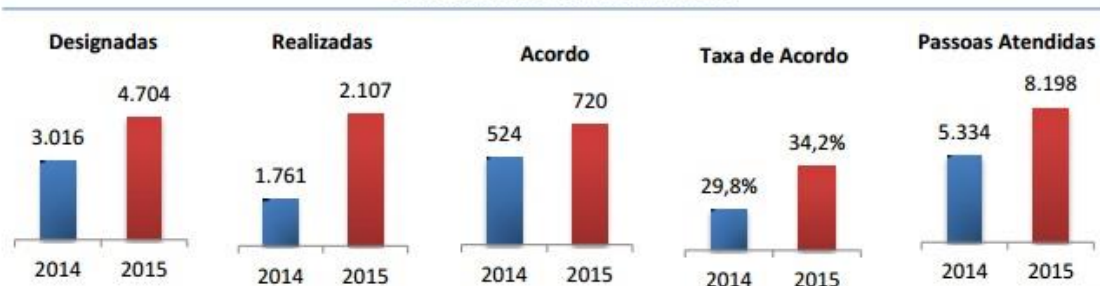
ANEXO – FIGURAS

FIGURA 1 – Comparativo 2014-2015/Comparativo nos CEJUSCs

Comparativo 2014-2015

Grupo	Ano	Designadas	Realizadas	Remarcadas	Acordo	Valores Homologados	Pessoas Atendidas	Taxa de Acordo
CENTROS	2014	3016	1761	78	524	R\$ 11.489.648,72	5334	29,8%
CENTROS	2015	4704	2107	134	720	R\$ 2.645.975,38	8198	34,2%
JUIZADOS E VARAS	2014	2610	1598	176	670	R\$ 5.851.071,88	3652	41,9%
JUIZADOS E VARAS	2015	2694	1865	375	820	R\$ 2.827.833,29	4866	44,0%
TODOS	2014	5626	3359	254	1194	R\$ 17.340.720,60	8986	35,5%
TODOS	2015	7398	3972	509	1540	R\$ 5.473.808,67	13064	38,8%

COMPARATIVO NOS CEJUSCs



Fonte: RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016

FIGURA 2 – Dados Estatísticos



Dados Estatísticos

Esta seção resume estatisticamente as conciliações durante a Semana Nacional da Conciliação 2015. Abaixo é apresentada uma tabela com os resultados dos Centros, Juizados e Varas. Os gráficos trazem o acumulado de Sessões realizadas e acordos homologados.

Grupo	Tipo Unidade	Designadas	Realizadas	Remarcadas	Acordo	Valores Homologados	Passoas Atendidas	Taxa de Acordo
CENTROS	CEJUSC-BSB	1760	378	56	173	R\$ 1.327.628,74	3164	45,8%
	CEJUSC-BSB-UNICEUB	121	38	4	20	R\$ 26.723,97	172	52,6%
	CEJUSC-CEI	379	212	2	83	R\$ 138.021,24	345	39,2%
	CEJUSC-FAM	114	72	3	39	R\$ 0,00	106	54,2%
	CEJUSC-JEC-BSB	862	589	19	160	R\$ 454.241,88	1902	27,2%
	CEJUSC-PAR	168	108	26	30	R\$ 73.261,39	263	27,8%
	CEJUSC-PLA	296	159	20	25	R\$ 49.243,17	262	15,7%
	CEJUSC-SOB	318	206	3	79	R\$ 109.965,06	686	38,3%
	CEJUSC-TAG	686	345	1	111	R\$ 466.889,93	1298	32,2%
	Total	4704	2107	134	720	R\$ 2.645.975,38	8198	34,2%
JUIZADOS E VARAS	JUIZADOS	1622	879	254	371	R\$ 665.057,58	3094	42,2%
	VARAS	1072	986	121	449	R\$ 2.162.775,71	1772	45,5%
	Total	2694	1865	375	820	R\$ 2.827.833,29	4866	44,0%
Total		7398	3972	509	1540	R\$ 5.473.808,67	13064	38,8%

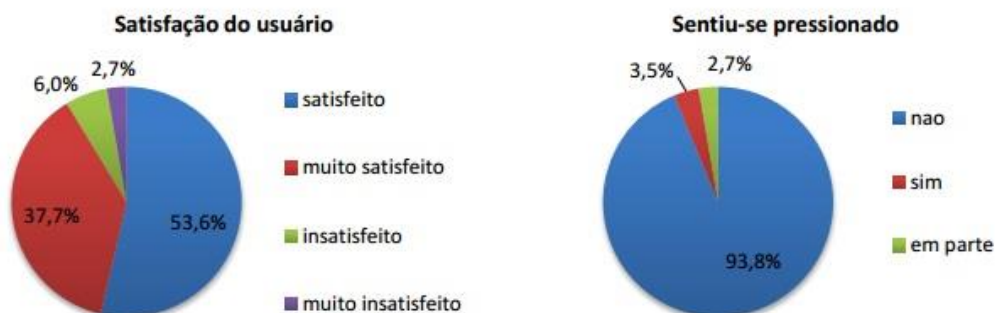
Fonte: RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016

FIGURA 3 – Pesquisa de Satisfação



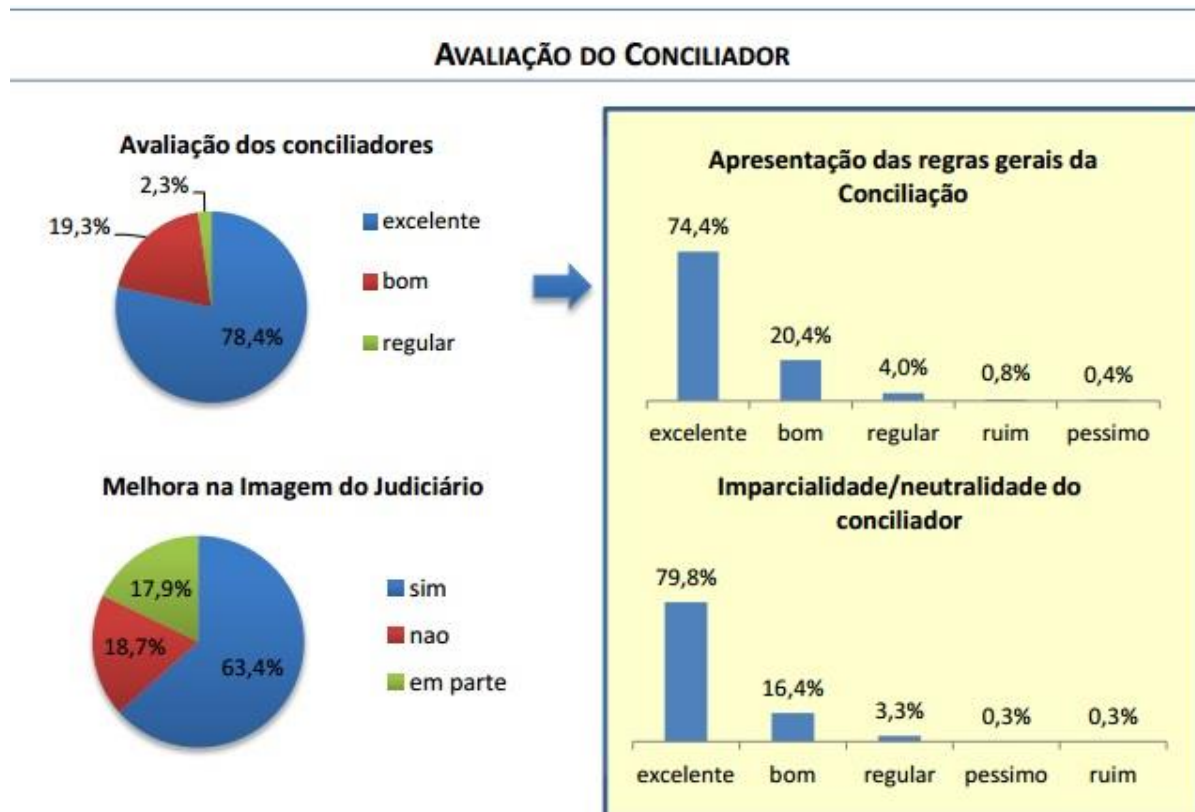
Pesquisa de Satisfação

A Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU) é um instrumento fundamental para a avaliação dos serviços prestados pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania, além de ser a principal ferramenta para o acompanhamento da atuação dos conciliadores. Os dados aqui presentes referem-se aos dias 16 a 23 de novembro de 2015.



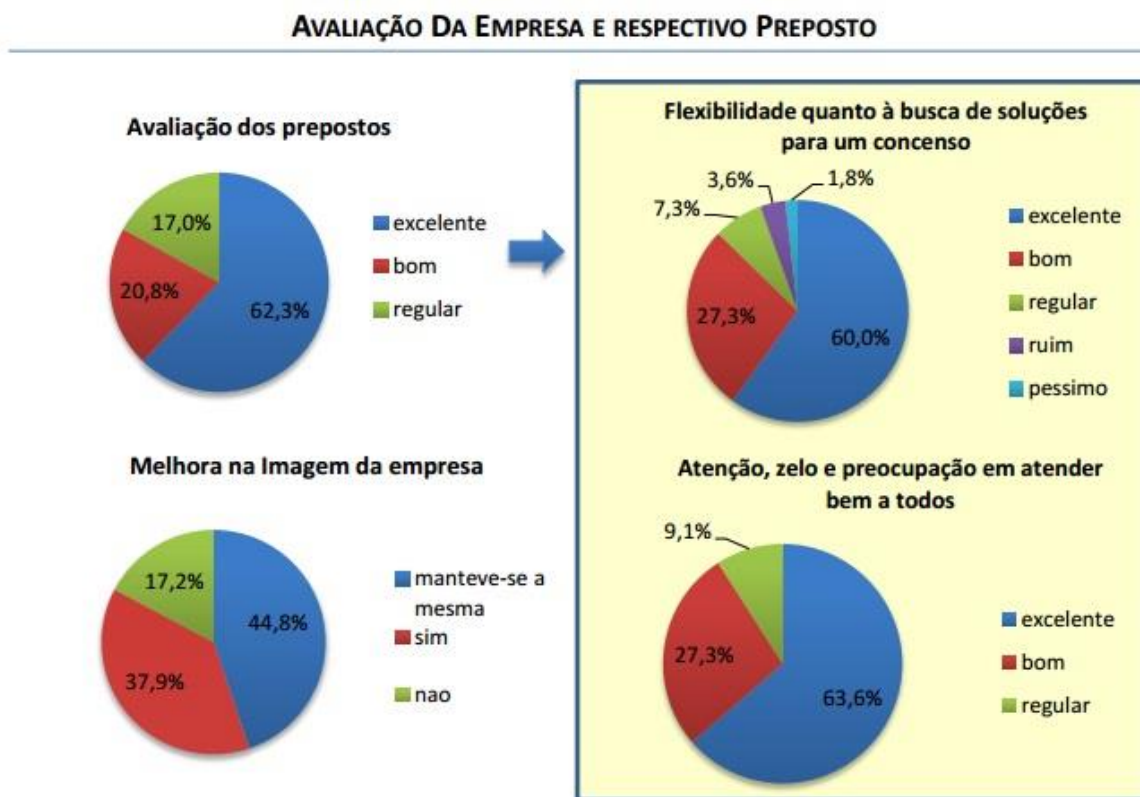
Fonte: RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDF. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016.

FIGURA 4 – Avaliação do Conciliador



Fonte: RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDFT. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016

FIGURA 5 – Avaliação da Empresa e respectivo Preposto



Fonte: RELATÓRIO Semana Nacional da Conciliação de 16 a 27 de novembro de 2015. Núcleo Permanente de Mediação e Conciliação. Novembro de 2015. TJDFT. Disponível em: <<http://www.tjdft.jus.br/institucional/2a-vice-presidencia/nupemec/relatorios-1#section-1>>. Acesso em: 02 de ago. de 2016